



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE DIREITO

LEONARDO DA MATTA MAIA

**A INCONSTITUCIONALIDADE DA TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE-
FIM DECORRENTE DA LEI Nº 13.429/2017**

Brasília, 2017



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO

LEONARDO DA MATTA MAIA

**A INCONSTITUCIONALIDADE DA TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE-
FIM DECORRENTE DA LEI Nº 13.429/2017**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação do Professor e Doutor Wilson Roberto Theodoro Filho.

Brasília, 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

Faculdade de Direito – FD

Leonardo da Matta Maia

**A INCONSTITUCIONALIDADE DA TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE-
FIM DECORRENTE DA LEI Nº 13.429/2017**

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Wilson Roberto Theodoro Filho (Orientador – UnB)

Professora Doutora Maria Cecília de Almeida Monteiro Lemos (UnB)

Professora Mestranda Milena Pinheiro Martins (UnB)

Brasília, 30 de novembro de 2017

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo uma análise, a partir de um estudo histórico e contextual do fenômeno da terceirização, da constitucionalidade da terceirização irrestrita, ou seja, da permissão da terceirização na atividade-meio e também na atividade-fim, decorrente da Lei nº 13.429/2017. Dessa forma, surgiu a necessidade de se estudar como a prática da terceirização chegou e até hoje se mantém no Brasil, assim como os diversos dados referentes ao tema e a posição das principais instituições jurídicas sobre o assunto. Assim, busca-se ao final, comparar as informações captadas com os dispositivos constitucionais referentes aos trabalhadores, ao direito do trabalho e à dignidade humana, para que se entenda a incompatibilidade da ampliação da terceirização decorrente da Lei nº 13.429/2017 com a Constituição Federal.

Palavras-chave: Terceirização. Trabalho. Atividade-fim. Precarização. Lei. Constituição.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	6
1. ESTUDO HISTÓRICO DA TERCEIRIZAÇÃO.....	8
1.1. Análise Histórica e Social do fenômeno	8
1.2. Necessidade de uma regulamentação. O Histórico legislativo e jurisprudencial	13
1.3 A Atual legislação sobre o tema e a contraposição jurídica da nova lei.....	18
2. O ATUAL CONTEXTO DA TERCEIRIZAÇÃO	22
2.1 Dados atuais referentes à situação laboral do terceirizado	23
2.1.1 Rotatividade no trabalho.....	25
2.1.2 Diferença Remuneratória.....	25
2.1.3 Jornada de trabalho.....	26
2.1.4 Acidentes de Trabalho.....	27
2.1.5 Condição análoga ao trabalho escravo	27
2.2 Posicionamentos de importantes instituições jurídicas.....	29
2.2.1 Associação dos Magistrados do Trabalho e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.....	29
2.2.2 Ministério Público do Trabalho.....	32
2.2.3 Ministros do Tribunal Superior do Trabalho.....	32
2.2.4 Procuradoria-Geral da República.....	33
2.3 Conclusões acerca dos dados e manifestações	34
3. A INCONSTITUCIONALIDADE DA TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE-FIM PREVISTA NA LEI Nº 13.429/2017.....	36
3.1 Das razões da Inconstitucionalidade.....	36
3.1.1 Violação dos direitos constitucionais dos trabalhadores	37
3.1.2 O Retrocesso Social	40
3.1.3 O Prejuízo aos cofres públicos	41

3.1.4 A Inconstitucionalidade Formal.....	42
3.1.5 O enfraquecimento da representação sindical.....	43
3.1.6 A Violação ao concurso e ao nepotismo.....	46
3.1.7 A Função Social.....	47
3.2 A responsabilidade do Supremo Tribunal Federal.....	50
CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS.....	56

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar a Lei nº 13.429/2017 que ampliou a terceirização, antes apenas permitida para as atividades-meio, permitindo a sua prática também as atividades-fim, assim como a sua constitucionalidade. Nesse sentido, será necessário estudar o surgimento do fenômeno no país, seu contexto social, trabalhista e legislativo, desde o seu surgimento até a atualidade, para que se entenda a importância das mudanças decorrentes da nova lei.

A partir de um estudo que começa no surgimento da terceirização no Brasil, passaremos para uma melhor compreensão sobre as consequências ao trabalhador, as quais já poderiam ser observadas desde sua chegada, e como a legislação foi caminhando de acordo com o aumento da prática da terceirização e de sua complexidade.

Nesse viés, diante do seu avanço e crescimento, tornou-se necessária uma regulamentação sobre o tema. Em virtude de uma deficiente legislação e das omissões sobre alguns pontos relevantes do assunto, o Tribunal Superior do Trabalho precisou se manifestar sobre o tema por meio da Súmula 331, a qual regulamentou e limitou a terceirização no país.

Portanto, no primeiro capítulo deste trabalho, será realizada uma reflexão do desenvolvimento da terceirização e como a legislação o acompanhou até ser necessário que o TST se manifestasse sobre o assunto diante de sua importância. Posteriormente, veio a Lei nº 13.429/2017, a qual será o principal tema deste trabalho.

Em seguida, no segundo capítulo, apresentaremos dados e manifestações de importantes instituições jurídicas relevantes ao debate. Tendo em vista o grande número de consequências negativas aos trabalhadores terceirizados, será realizada uma detalhada análise desses reflexos para que fiquem mais claros os problemas desse tipo de trabalho, como, por exemplo, uma menor remuneração, uma maior jornada de trabalho e um maior número de acidentes de trabalho.

Após a apresentação desses dados, destacaremos os importantes posicionamentos de instituições, com experiência na área, como a Associação dos Magistrados Trabalhistas, o Ministério Público do Trabalho e os Ministros do Tribunal

Superior do Trabalho. Cabe informar que todas essas manifestações apontam os graves problemas que a terceirização causa ao trabalhador e como a ampliação irrestrita decorrente da nova Lei é totalmente prejudicial ao trabalhador e viola a Constituição Federal.

Nesse contexto, após entender a realidade desse fenômeno nos dois primeiros capítulos, por meio dos dados pertinentes ao tema e do posicionamento das instituições relacionadas ao direito do trabalho, buscaremos demonstrar como a Lei nº 13.429/2017 vai de encontro com os direitos e garantias trabalhistas e constitucionais.

Assim, observaremos o texto da Constituição e perceberemos a importância que o constituinte deu ao trabalho e aos direitos e dignidade dos trabalhadores. Nesse contexto, serão elencados os pontos da violação que a terceirização traz a vários desses direitos e garantias e como a sua ampliação irá agravar ainda mais a problemática.

Ao final do presente trabalho, poderemos afirmar que a Lei nº 13.429/2017, ao ampliar a terceirização para também as atividades-fim, afronta a Constituição visto que se trata de um claro retrocesso social, trabalhista e constitucional. Notaremos também que, diante das negativas consequências que a terceirização causa ao trabalhador, a aplicação irrestrita decorrente da nova lei não deveria ser permitida por violar a proteção constitucional ao trabalhador.

Por fim, falaremos da responsabilidade do Supremo Tribunal Federal com o tema. Diante das várias Ações Diretas de Inconstitucionalidade ajuizadas em virtude da Lei nº 13.429, será necessário um posicionamento e controle da constitucionalidade pelo tribunal. Nesse sentido, tendo em vista as informações apresentadas sobre o assunto e o posicionamento das grandes instituições, a responsabilidade do tribunal é enorme para que declare inconstitucional a referida lei diante da clara afronta ao texto constitucional.

Desse modo, o presente trabalho busca apresentar a história da Terceirização no Brasil, como ela está desenvolvendo e suas consequências aos trabalhadores, além do avanço da sua legislação. A partir disso, por meio de dados e informações apresentadas, demonstraremos a grave e clara afronta da ampliação da terceirização à Constituição, sendo, dessa forma, questionada a constitucionalidade da Lei nº 13.429/2017.

1. Estudo Histórico da Terceirização

1.1 Análise Histórica e Social da terceirização

A terceirização não deve ser estudada de maneira isolada: os contextos histórico, social e jurídico devem ser observados para que se melhor compreenda o seu surgimento e o que tal fenômeno representa atualmente para o Direito do Trabalho. Além disso, tal perspectiva também é fundamental para que possamos compreender as suas consequências para o trabalhador.

Importante destacar que a terceirização costuma ser mencionada pelos juristas tanto como um fenômeno, quanto por um procedimento ou como uma técnica de trabalho. De modo que neste presente trabalho, não nos limitaremos e usaremos as três formas de denominação.

Para uma melhor compreensão do seu surgimento, torna-se interessante entender a visão econômica do fenômeno, visto que este é entendido, por muitos de seus intérpretes, como fruto do modelo de produção toyotista, no qual se tem uma produção horizontal entre empresas. No toyotismo, as empresas transferem as atividades intermediárias de produção a seus fornecedores. Assim, a empresa se preocupava com o produto final e delegava a terceiros a responsabilidade pela produção dos produtos acessórios¹.

Nesse sentido, boa parte da doutrina define a terceirização como um produto gerado pelo modelo toyotista de produção por meio de uma estrutura que busca a redução no quadro de funcionários, deixando apenas os empregados indispensáveis à realização da sua atividade-fim na empresa. Assim, busca-se mão-de-obra especializada em atividades acessórias à sua finalidade com o objetivo de permitir que a empresa se dedique a sua atividade-fim e aumente a produtividade e qualidade.

Historicamente, a relação da evolução dos modelos de produção e dos modelos de organização do trabalho é guiada pela busca capitalista, almejando a produtividade e a força de trabalho ideal para a empresa. Nesse sentido, o toyotismo foi muito bem receptado no modelo capitalista, visto que prometia uma

¹ DRUCK, Maria das Graças. **Terceirização (des)Fordizando a fábrica**. São Paulo: Boitempo, 1999. p.102 a 105

subcontratação que resultaria em uma especialização do trabalhador, geraria uma maior produtividade e possivelmente uma redução de tempo e custo².

Na definição de terceirização de Rodrigues Pinto, demonstra-se a clara ligação entre o toyotismo e a terceirização, para ele tal fenômeno é "*a transferência de segmento ou segmentos do processo de produção da empresa para outras de menor envergadura, porém de maior especialização na atividade transferida*"³.

Complementando as referências das características do modelo de produção e a terceirização, Alice Monteiro de Barros afirma que se pode perceber que as empresas possuiriam elevada especialização em uma determinada área e, concomitantemente, uma alta capacidade de atender as variações da demanda⁴.

A essência da técnica da terceirização já era vista em tempos mais antigos na produção capitalista, como, por exemplo, no toyotismo moderno, entretanto os novos tipos de contratação e utilização do trabalho terceirizado que chamaram a atenção a partir do final do século XX diante do seu desenvolvimento e da sua intensidade.

A terceirização chamou a atenção das grandes empresas pela velocidade que se difundiu pelas diversas áreas de produção e pela possibilidade de redução de custos com esses empregados. Somado a isso, as consequências de enfraquecimento dos laços entre os trabalhadores e a fragilidade de suas representações sindicais também eram pontos levados em consideração pelo empregador. Para Maria Augusta Tavares este tipo de trabalho suscitou o ressurgimento de velhas formas de trabalho precário, que conforma nova modalidade de exploração mediante relações informais⁵.

Não obstante ao desenvolvimento do fenômeno, cumpre destacar que uma aversão a esse tipo de trabalho, que objetivava redução de custos em detrimento de melhores condições ao trabalhador, já existia no âmbito internacional. Normas internacionais, como a Declaração de Filadélfia, as Convenções 29 e 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as quais o Brasil assinou, buscaram

² PINTO, Geraldo Augusto. **A Organização do Trabalho no Século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

³ PINTO, José Augusto Rodrigues; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Repertório de Conceitos Trabalhistas**. Vol. I Direito Individual. São Paulo: LTr, 2000

⁴ BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 11 ed. São Paulo: LTr, 2017. Pg 299-303

⁵ TAVARES, Maria Augusta. Os fios (in)visíveis da produção capitalista e a precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004

garantir direitos fundamentais aos trabalhadores e vetar a mercantilização do trabalhador.⁶

Na terceirização tem-se uma relação triangular com três sujeitos diferentes. A empresa especializada no serviço, conhecida como a prestadora do serviço; a tomadora de serviço, a qual contrata a empresa especializada; e o trabalhador contratado pela empresa especializada, mas que prestará serviço à tomadora⁷.

A empresa tomadora de serviço neste processo contrata o serviço terceirizado oferecido, mas não a mão de obra ou certo obreiro. Nesse sentido, o trabalhador tem contrato e vínculo empregatício diretamente com a empresa especializada em que ele foi contratado para prestar serviços. Por outro lado, o vínculo entre a tomadora de serviços e a empresa prestadora de serviços ocorre por meio de um contrato civil, cujo objeto é a prestação do serviço empresarial.

Desde que o fenômeno da terceirização surgiu no Brasil, diante da ausência de legislação, coube à doutrina se manifestar sobre seu conceito. Partindo-se, inicialmente, de uma análise na doutrina administrativa, podemos destacar a visão de Lívio Giosa, o qual considera o fenômeno como um processo de gestão empresarial no qual se repassariam a terceiros algumas atividades, estabelecendo-se uma relação de parceria, na qual a empresa se concentraria somente as tarefas ligadas ao negócio que atua⁸.

Já Ciro Pereira da Silva, ressalta as características do sistema de produção ligadas ao procedimento, em uma análise predominantemente do setor privado, definindo a terceirização como: *“a transferência de atividades para fornecedores especializados, detentores de tecnologia própria e moderna, que tenham esta atividade terceirizada como sua atividade-fim, liberando a tomadora para concentrar seus esforços gerenciais em seu negócio principal, preservando e evoluindo em qualidade e produtividade, reduzindo custos e ganhando competitividade”*⁹.

⁶ TRABALHO, Constituição da Organização Internacional do (Declaração de Filadélfia). Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/constituicao_oit_538.pdf

⁷ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 15 ed. São Paulo : LTr, 2016. Pg 412

⁸ GIOSA, Lívio Antonio. Terceirização: uma abordagem estratégica. 5ed. São Paulo: Pioneira, 1999. 144p.

⁹ SILVA, Ciro Pereira da apud CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **Formas atípicas de trabalho**. São Paulo: LTr, 2004, p. 44.

Já os juristas evidenciam o fenômeno a partir de outro ponto de vista. Segundo Paulo Moraes, enquanto os administradores analisam a terceirização com olhos para a eficácia empresarial, a comunidade jurídica analisa o instituto a partir da dinâmica instalada nas relações entre as pessoas jurídicas terceirizantes e terceirizadas¹⁰.

Na visão de Alice Monteiro de Barros, a terceirização é vista com relação à finalidade da atividade da empresa, sendo um fenômeno no qual se transfeririam atividades secundárias a outrem¹¹. Na mesma linha, Sergio Pinto Martins acredita que o fenômeno é *“a possibilidade de contratação de terceiros para realização de atividade-meio da empresa, isto é, aquelas atividades que não constituam seu objeto principal, sua atividade essencial”*¹².

Importante a visão de Mauricio Godinho Delgado, com muita clareza na seara trabalhista, em que se percebe uma relação trilateral, na qual a tomadora de serviços não atua como uma empregadora clássica trabalhista, visto que não se estenderiam os laços trabalhistas do terceirizado ao tomador de serviços. Nesse sentido, a terceirização provoca uma relação trilateral em face da contratação de força de trabalho, na qual o obreiro, prestador de serviços, atua junto à empresa tomadora de serviços, mas a empresa terceirizante que contrata este obreiro e firma com ele os vínculos jurídicos trabalhistas pertinentes. Desse modo, a tomadora de serviços recebe a prestação do serviço, porém não assume a posição clássica de empregadora desse trabalhador¹³.

Percebe-se então, que a doutrina sempre entendeu a terceirização com olhos principalmente para os fins do empreendimento. Nesse sentido, a terceirização foi vista como a transferência de uma atividade, que não esteja relacionada com o objetivo principal da empresa, a outra empresa, para que esta contrate seus próprios funcionários, mantendo-se um vínculo empregatício com eles.

No Brasil, o fenômeno chegou na década de 1950 com discursos de grandes indústrias para dar maior produtividade e qualidade ao se dedicar apenas a

¹⁰ MORAES, Paulo Ricardo Silva de. **Terceirização e precarização do trabalho humano**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Porto Alegre, v. 74, n. 4, p. 148-168, out./dez. 2008.

¹¹ BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 11ª ed. rev. São Paulo: LTr, 2017

¹² MARTINS, Sérgio Pinto. **A Terceirização e o direito do trabalho**. 13a ed. São Paulo: Atlas, 2014. Pg 89

¹³ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 15 ed. São Paulo : LTr, 2016. Pg 417.

essência do negócio, principalmente com a chegada das indústrias automobilísticas, as quais utilizavam essa modalidade na produção¹⁴.

Essa prática avançou com maior intensidade nos anos de 1980 e 1990 com maior dimensão nacional, com empresas especialistas ou subcontratadas para desenvolver tarefas e serviços que antes eram executadas internamente. Buscava-se minimizar os custos relativos ao trabalho e intensificar a produtividade com o objetivo de superar o momento econômico ruim do país.

Desde o final da década de 80, esse fenômeno surgiu como uma técnica de modernização da empresa no Brasil. Trata-se de um procedimento que principalmente descentralizava as atividades e tinha como foco as atividades-meio. Essa reestruturação da produção das empresas brasileiras foi acompanhada com um movimento de privatizações das empresas e um momento econômico desfavorável¹⁵.

Ao longo dos anos, as empresas perceberam que tal estrutura também gerava uma redução de custos, visto que o valor econômico envolvido nessa busca por empresas de atividade acessórias é inferior ao custo que se tem com funcionários e direitos trabalhistas.

Podemos perceber, então, que o discurso de aumento de produtividade e redução de custos era a alternativa que as empresas buscavam para tentar sobreviver ao momento desfavorável e instável da economia brasileira nesse período. Entretanto, a redução do número de trabalhadores, além da alta rotatividade e da intensificação da jornada de trabalho sem aumento da remuneração já eram perceptíveis nesse cenário¹⁶.

Não foi tarde para perceber que as consequências foram desastrosas para os contratos de trabalho e trabalhadores no país. Nos anos 1990 já se tinham pesquisas e dados demonstrando que tal modelo gera maior rotatividade, diminuição do padrão salarial, aumento dos acidentes de trabalho, discriminação e

¹⁴ MARTINS, Sérgio Pinto. **A Terceirização e o direito do trabalho**. 13a ed. São Paulo: Atlas, 2014. Pg 65

¹⁵ DIEESE. **O Processo de Terceirização e seus Efeitos sobre os Trabalhadores no Brasil**. São Paulo, 2007. Convênio SE/MTE nº 04/2003.

¹⁶ BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 11ª ed. rev. São Paulo: LTr, 2017

desagregação da noção de classe operária dos trabalhadores terceirizados, dentre outros¹⁷.

O DIEESSE – Departamento de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, no ano de 1993, já apontava a fragmentação sindical dessa categoria diante da redefinição legal do enquadramento desses trabalhadores. Ainda, já era notória a precarização dos direitos, visto que ainda não se tinha todas as garantias que os demais trabalhadores, como por exemplo, o aviso-prévio ou o FGTS. Por fim, também se observava uma maior rotatividade de mão-de-obra.

Ainda, autores como Márcia de Paula Leite¹⁸ e Maria das Graças Druck¹⁹ também destacavam a fragilidade sindical na terceirização e uma maior dificuldade desses trabalhadores conseguirem acordos ou convenções coletivas para sua categoria. Este fato ocorre até a atualidade e, diante da força das negociações coletivas no direito trabalhista brasileiro, trata-se de enorme prejuízo a esta classe de empregados.

1.2 A necessidade de uma regulamentação. O Histórico legislativo e jurisprudencial da Terceirização.

Nota-se que a técnica da terceirização não é recente e já era adotada pelas indústrias desde o século XX. Diante do crescimento da terceirização no Brasil, tanto no setor público quanto no privado, era necessário que se tivesse disposição legal sobre o assunto. Observou-se a necessidade de debate da regulamentação em virtude de novos tipos de utilização do trabalho terceirizado e de sua maior intensidade.

Inicialmente destacamos o setor público. No ano de 1967, por meio do Decreto-Lei nº 200, regularizou-se a terceirização no setor. Permitia-se que o Estado adotasse o sistema terceirizado no tocante às tarefas meramente executivas, ou seja, não finalísticas. Entretanto, a referida norma não especificou quais atividades poderiam ser transferidas às empresas prestadoras de serviços.

¹⁷ DIEESE. **O Processo de Terceirização e seus Efeitos sobre os Trabalhadores no Brasil**. São Paulo, 2007. Convênio SE/MTE nº 04/2003.

¹⁸ LEITE, Márcia de Paula. **O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil**. Campinas: Papirus, 1997. p.9-30.

¹⁹ DRUCK, Maria das Graças. **Terceirização (des)Fordizando a fábrica**. São Paulo: Boitempo, 1999. p.271

Para dar fim a essa omissão, a Lei nº 5645/70 dispôs que as atividades relacionadas com transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza e outras assemelhadas seriam, de preferência, objeto de execução mediante contrato direto com as empresas interpostas.

Ressalta-se que, desde essas primeiras disposições, estavam presentes apenas atividades que não correspondiam às atividades principais e finalísticas do Estado. Este entendimento prevaleceu por muitos anos até a Lei de terceirização, inclusive, após as súmulas do Tribunal Superior do Trabalho. Nesse diapasão, destaca Gabriela Neves Delgado que “*nunca houve autorização legal para execução de terceirização de serviços relacionados à atividade-fim da administração pública*”²⁰.

Deve-se destacar que o surgimento desse processo de descentralização se deu pela Administração Pública com o fim de reduzir o custo da mão de obra e freiar o crescimento da máquina administrativa, servindo, assim, como um precedente a fim de que o setor privado também buscasse essa redução de custos e aumento de lucros, não obstante a precarização do contrato de trabalho.

No âmbito privado, o marco inicial foi a Lei nº 6019/1974 referente ao trabalho temporário. A possibilidade da terceirização do trabalho temporário teve, em seu surgimento, o argumento de que o trabalhador temporário não iria concorrer com o trabalhador regular, sendo viável apenas para serviços excepcionais e de necessidades temporárias.

Em seguida, surgiu a Lei nº 7.102/83 que tratava sobre a subcontratação de serviços de vigilância e transporte. A justificativa para a possibilidade de contratação por empresa interposta se dava pela especialização dessas empresas nesse tipo de serviço. Apesar disso, a doutrina entendia que tal lei iria contra o direito do trabalho e a constituição.

Apesar da existência de algumas disposições sobre o assunto, a terceirização não se limitava aos trabalhos regularizados pela legislação. Desde os anos 70 se observava o crescimento de práticas de terceirização de diversas áreas

²⁰ DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos. **A inconstitucionalidade da terceirização na atividade-fim das empresas**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, São Paulo, v. 80, n. 3, p. 75-89, jul. / set. 2014

independentemente da existência de texto legal autorizativo.²¹ Além disso, tal fenômeno cada vez mais se expandia, tornando-se necessário então que a justiça do trabalho se manifestasse sobre o assunto.

Diante desse cenário em que diversas empresas terceirizavam atividades não previstas nas leis regularizadoras e observando várias reclamações trabalhistas em que se discutia a licitude ou não de trabalhos terceirizados, assim como uma pressão dos empregadores para que se delimitasse a matéria, o Tribunal Superior do Trabalho buscou uniformizar o assunto.

Desse modo, no ano de 1986, o Tribunal Superior do Trabalho proferiu a Súmula 256 visando sanar omissão e regularizar os casos não previstos em lei. De acordo com seu texto, salvo os casos de trabalho temporário e de serviço de vigilância, previstos nas Leis n.º 6.019/74, e 7.102/83, era ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta. Caso ocorresse a contratação, formar-se-ia vínculo empregatício diretamente com o tomador de serviços.

Um dos objetivos da súmula era apontar que qualquer serviço terceirizado diferente dos legalmente permitidos deveria ser considerado ilegal e, assim, o vínculo empregatício se daria diretamente com quem recebia a prestação de serviço. Tal enunciado, entretanto, foi considerado pelos juristas como de aplicação restrita e, assim, tornou-se necessária a sua revisão para que sua interpretação pudesse ser ampliada e fiel ao que se destinava.

Assim, o TST produziu a Súmula 331, a qual legitimou e limitou a terceirização, em 1993 para que substituísse a súmula antiga. Após algumas modificações, o seu atual texto se encontra abaixo:

SÚMULA Nº 331 DO TST

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

²¹ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 15 ed. São Paulo : LTr, 2016. Pg 419

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

Após a referida súmula, facilitou-se o estudo da legalidade da terceirização no Brasil e sua aplicabilidade. Ainda, tornou-se possível definir o que se entendia como terceirização lícita e terceirização ilícita, como propõe Mauricio Delgado Godinho. Todas as formas de contratações que não se enquadravam nas disposições e limitações da Súmula 331 seriam consideradas terceirizações ilícitas²².

Ainda, a súmula dispôs, em seu texto, ser ilegal a contratação por empresa interposta, salvo o caso de trabalho temporário, serviços de vigilância, de conservação e limpeza, bem como serviços de atividade meio do tomador. Definiu-se também que o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador, geraria responsabilidade subsidiária do tomador.

No que tange à responsabilidade, a súmula foi de extrema importância. Restou claro o grau de responsabilidade do tomador, que não poderia mais se abster de qualquer responsabilidade como as empresas buscavam fazer. Destaca-se que muitos defendem que a responsabilidade do tomador de serviços deveria ser solidária a empresa prestadora, como a magistrada Alice Monteiro de Barros, na

²² DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 13 ed. São Paulo: LTr, 2014.

visão deles isso objetivaria um maior sentimento de responsabilidade da tomadora com o trabalhador²³.

Durante os últimos anos, a questão de a terceirização ser lícita ou ilícita não foi alvo de tantas discussões tendo em vista que o posicionamento do TST deixou claro quais eram as hipóteses legais. Por outro lado, o debate se concentrou na diferenciação entre atividade-meio e atividade-fim.

A doutrina e os tribunais trabalhistas não tinham um consenso sobre o tema. O que a doutrina majoritária entendia como atividade-fim era aquela ligada ao núcleo da dinâmica empresarial e essencial a finalidade do serviço. Por outro lado, as atividades-meio seriam aquelas acessórias e circunstanciais aos objetivos da empresa.

No âmbito da justiça do trabalho, percebeu-se a existência de reclamações trabalhistas que envolviam essa diferenciação. Processos nos quais se debatiam se a atividade realizada pelo trabalhador era lícita ou não em decorrência de atividade prestada. Isso influenciaria no vínculo trabalhista e, conseqüentemente, na responsabilidade do tomador e do empregador.

Diante da ausência de consenso, a discussão sobre as atividades terceirizadas declaradas lícitas também chegou ao Supremo Tribunal Federal. O tribunal, no ano de 2014, definiu como Repercussão Geral o debate sobre a delimitação de parâmetros para se definir o que representa atividade-fim de uma atividade do ponto de vista da terceirização²⁴.

O que o tribunal busca é, em consonância com a Súmula do TST, definir o que seria atividade-fim e, portanto, terceirização lícita. O assunto é discutido no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 713211. No caso, o relator Ministro Luiz Fux, destacou a existência de inúmeros contratos de terceirização nos quais existem dúvidas sobre a sua licitude ou não justamente por não se ter consenso sobre o tema.

²³ BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho. 11 ed. São Paulo: LTr, 20q7. Pg, 296-303.

²⁴ FEDERAL, Supremo Tribunal. **STF discutirá conceito de atividade-fim em casos de terceirização.** Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=267100>> Acesso em: 25 de setembro de 2017.

Conforme destacaremos mais a frente, a discussão atualmente perdeu um pouco de intensidade diante da aprovação da Lei 13.429/2017²⁵, a qual permitiu a terceirização também de atividades-fim, de modo que não seria necessário manter o debate sobre essa diferenciação.

Por outro lado, o papel do STF não deixa de ser importante nesse tema, visto que a nova lei foi aprovada permitindo a terceirização de atividade-fim. Poder-se-ia, primeiramente, entender que a discussão não possui relevância, atualmente, visto a lei promulgada. Entretanto, o judiciário possui a chance de analisar tal instrumento e se posicionar pela permissão apenas dos limites da súmula trabalhista, podendo declarar inconstitucional parte da lei de terceirização de atividade-fim ou ela em sua totalidade.

Nos últimos anos tornou-se clara a atuação ativa do STF, adotando decisões concretistas e imediatistas, inclusive proporcionando políticas públicas. Nesse sentido, no caso em debate o tribunal também deve ir além e analisar a situação trabalhista e constitucional que envolve a terceirização no Brasil, a fim de que declare inconstitucional a lei aprovada.

Não obstante, encontram-se no tribunal várias Ações Diretas de Inconstitucionalidade, como, por exemplo, as ADI's 5686 e 5687²⁶, para questionar a Lei 13.429/2017. Inclusive, em junho de 2017, a Procuradoria Geral da República também ajuizou ADI contra a lei. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal deverá se manifestar sobre o assunto e analisar a constitucionalidade da lei.

1.3 A Atual legislação sobre o assunto e a contraposição jurídica.

Conforme brevemente exposto, em março de 2017, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4.302/1998, tornando-se após sanção presidencial na Lei

²⁵ "Art. 4º-A. Empresa prestadora de serviços a terceiros é a pessoa jurídica de direito privado destinada a prestar à contratante serviços determinados e específicos"

²⁶ FEDERAL, Supremo Tribunal. Duas novas Ações questionam no STF a Lei da Terceirização. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=340245>. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

13.429/2017, a qual permite a terceirização das atividades-fim para empresas e para a administração pública²⁷.

Importante destacar que existiam quatro projetos de Lei sobre a terceirização, o aprovado PL 4.302/1998, o PL4330/04, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015 e o Projeto de Lei do Senado (PLS) 339/2016. Destes, apenas o último buscava manter a interpretação do Tribunal Superior do Trabalho a fim de que a terceirização se limitasse as atividades-meio. Os outros três, inclusive o aprovado, tinham como objetivo uma terceirização ampla.

O projeto de lei aprovado foi inicialmente elaborado no ano de 1998, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, enviado pra Câmara no mesmo ano e aprovado no Senado no ano de 2002. No debate para sua aprovação, em 2017, o projeto recebeu muitas críticas dos juristas e de congressistas em virtude da sua elaboração há mais de 15 anos e, assim, poderia representar uma enorme desconexão de suas ideias com o mercado e o direito brasileiro atual.

O assunto da inconstitucionalidade da Lei é o assunto do último capítulo do trabalho, mas já há de se destacar que um projeto de conteúdo trabalhista tão importante que foi aprovado após 15 anos de sua elaboração, não pode estar contextualizado com a atual situação do sistema trabalhista brasileiro.

Apesar de o projeto de 1998 ter sido o aprovado, o Projeto de Lei nº 4330/2004 também merece ser destacado. Este projeto também buscava de regulamentar a terceirização no Brasil e permitir que as empresas tomadoras de serviços contratem outras empresas para realizar atividades-fim.

Em um primeiro momento poderia se imaginar que este projeto, por ter sido elaborado mais de 8 anos após o aprovado, seria mais fiel ao contexto trabalhista e social brasileiro e se adequaria ao que a justiça do trabalho vem lutando nos últimos anos para que a relação trabalhista tenha maior equidade.

Entretanto, este projeto sugeriria que no caso de terceirização com a administração pública, ao Estado não caberia nenhuma responsabilidade com relação às obrigações trabalhistas nos contratos de terceirização que realizar, indo

²⁷ BRASIL. LEI Nº 13.429, DE 31 DE MARÇO DE 2017. **Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm>. Acesso em: 12 out. 2017.

em sentido completamente contrário à Súmula do TST e, também, em descompasso com a proteção e direitos do trabalhador previstos na constituição.

Destaca-se que, para as lideranças sindicais, a aprovação desse projeto ria um retrocesso que coloca em risco as conquistas e as condições de trabalho dos trabalhadores. Entendem que esse PL institucionalizaria a precarização do trabalho, inclusive no âmbito da Administração Pública, de modo a favorecer grupos empresariais na contratação direta de trabalhadores, sem concurso público, contrariando os princípios constitucionais da Administração Pública além de isentar o agente estatal de qualquer responsabilidade em relação às obrigações trabalhistas nos contratos de terceirização que celebra. Ocorrendo, assim, uma situação de total inconstitucionalidade.

Conforme destacado, o PL 5.439/2005 iria em sentido contrário dos outros projetos, buscando adicionar à Consolidação das Leis do Trabalho o texto sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, qual seja:

“Art. 442-A Salvo nos casos de trabalho temporário, serviços de vigilância, conservação e limpeza, é vedada a contratação de trabalhador por empresa interposta, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços.

Parágrafo único. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias por parte do empregador, implica a responsabilidade solidária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações, desde que este tenha participado da relação processual e conste do título executivo judicial”.

Assim, além de adicionar à CLT o disposto na Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, buscaria uma responsabilidade solidária do tomador de serviços ao invés da responsabilidade subsidiária.

Nos últimos anos, então, crescia a expectativa por uma manifestação do Poder Legislativo sobre a terceirização, visto que o mesmo não poderia permanecer omissa diante desse cenário. Nesse tempo, a omissão do Poder Legislativo foi suprida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Deve-se destacar que desde seu início, a prática da terceirização demonstrou a vulnerabilidade do trabalhador nessa área. A clara busca pela redução de custos pelo empregador somada a diminuição da remuneração do trabalhador e da maior rotatividade são características desse fenômeno. Por isso que, desde os anos 70,

buscou-se necessário regularizar a matéria para que se pudesse proteger o trabalhador.

Fazendo um retrospecto jurídico, ressaltamos que, inicialmente, ocorreu a limitação das atividades que poderiam ser terceirizadas. Permitindo-se serviços de atividade meio, como por exemplo, conservação e limpeza. Nesse sentido, criaram-se leis para normatizar a matéria. Entretanto, ainda se observando práticas de terceirização fora dos limites legais, o Tribunal Superior do Trabalho precisou uniformizar o assunto.

A Súmula 331, substituindo a limitada Súmula 256, surgiu com o objetivo de finalmente regularizar a situação e definir os limites da chamada terceirização lícita. Durante todos esses anos, a uniformização do TST serviu como base para a decisão das reclamações trabalhistas quanto ao assunto.

Percebe-se, então, a preocupação da justiça trabalhista em limitar a prática a fim de que somente a atividade-meio fosse permitida, tendo em vista as inúmeras consequências negativas ao trabalhador e a precarização trabalhista existente. A tentativa do empregador de diminuir sua responsabilidade por meio de contratação de empresa interposta já era criticada na atividade-meio, a possibilidade da extensão para as atividades finalística gerará uma maior vulnerabilidade do trabalhador também nesse setor.

Portanto, é notório que a Lei de Terceirização aprovada vai em sentido contrário com o que a justiça trabalhista buscou e lutou nos últimos anos. Contraria a limitação da súmula 331 e ignora todo o arcabouço de pesquisas, dados e casos concretos no judiciário que demonstram a problemática da terceirização.

Ademais, percebeu-se um conflito de interesses durante a tramitação do projeto da lei em análise. De um lado os interesses das empresas que buscavam a extensão da terceirização visando seus fins econômicos. Do outro lado, os interesses da classe trabalhista e também de outras instituições que reconheciam a necessidade de proteger o trabalhador.

Cabe destacar que a Lei nº 13.467, conhecido como “Reforma Trabalhista”, também caminhou no mesmo sentido e permitiu a prestação de serviço a terceiros também nas atividades principais da tomadora de serviços. Assim, seguiu o viés de ampliação da terceirização, confirmando o retrocesso trabalhista sobre o assunto.

Cumpra mencionar que o Ministério Público do Trabalho foi firmemente contrário ao projeto, visto em sua atuação diária, observa casos de precarização de terceirizados, os quais muitos deles trabalham em jornada superior, com salário reduzido e condições de trabalho inferiores. Ainda, o órgão ressaltou que não podemos esquecer de que em muitos lugares, principalmente rurais, os trabalhos terceirizados se aproximam de características do trabalho escravo, isso como consequência da distância entre o tomador de serviços e o trabalhador²⁸.

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho também se manifestou contrária à terceirização de atividade-fim, pois de acordo com as inúmeras reclamações trabalhistas que presenciam, é notório que a lei agravará o desemprego e rebaixará os salários e condições de trabalho²⁹.

Não obstante ao fato do projeto de lei ter sido elaborado em 1998, nessa época já se tinha dados nacionais referentes à terceirização apontando uma série de consequências negativas ao trabalhador terceirizado. No ano de aprovação de projeto, 2017, esses dados estão cada vez mais completos e sólidos. No momento de discussão para aprovação do projeto de lei, os congressistas já possuíam informações suficientes para que se posicionasse contrário à extensão da terceirização para a atividade finalística.

A discussão detalhada da lei aprovada será realizada no trabalho no último capítulo, no qual discutiremos sobre sua inconstitucionalidade. Demonstrar-se-á um choque com garantias, direitos e conquistas do Direito do Trabalho, além dos princípios e garantias dos trabalhadores previstos na Constituição Federal de 1988.

Resta patente a inconstitucionalidade da Lei 13.429/2017 no que tange à permissão de terceirização de serviços relacionados à atividade-fim das tomadoras de serviço, eis que tal situação equipara-se à locação de mão de obra, o que viola frontalmente o princípio da dignidade da pessoa humana, bem como o valor social do trabalho.

²⁸ ATUAL, Rede Brasil. **Dos Trabalhadores em situação análoga à escravidão, 82% são terceirizados.** Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/08/82-dos-trabalhadores-em-situacao-analoga-a-escravidao-sao-terceirizados-4491.html>> Acesso em 24 de setembro de 2017.

²⁹ ANAMATRA. **Terceirização: Anamatra lamenta aprovação de projeto de lei que libera a prática em todas as atividades da empresa.** Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/25081-terceirizacao-anamatra-lamenta-aprovacao-de-projeto-de-lei-que-libera-a-pratica-em-todas-as-atividades-da-empresa>. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

Nesse sentido, atualmente é considerada “lícita” a terceirização de atividades-meio e também de atividade-fim. Conforme visto, a lei recentemente aprovada foi em sentido oposto a todo o histórico legislativo e jurisprudencial do tema, de modo que gera um retrocesso trabalhista e social para os trabalhadores e toda a sociedade.

2. O ATUAL CONTEXTO DA TERCEIRIZAÇÃO

2.1. DADOS ATUAIS REFERENTES À SITUAÇÃO LABORAL DO TERCEIRIZADO

Nesse capítulo serão apresentados dados e manifestações que demonstram a precarização do trabalho terceirizado. Conforme exposto, desde os anos 90 no Brasil já era perceptível que essa categoria de trabalhadores tinha consequências negativas trabalhistas, chamando, assim, a atenção de diversas instituições e do Estado no que tange à proteção dos trabalhadores terceirizados e a necessidade que obter informações sobre essa precarização.

Não obstante aos dados existentes comprobatórios da precarização desta categoria desde o final do século passado, as empresas cada vez mais utilizam o trabalho terceirizado buscando exclusivamente a redução de custo. Somado a isso, os grandes empresários buscavam a regulamentação da terceirização e da permissão de terceirização de atividade-fim a fim de minimizar os encargos trabalhistas.

No decorrer do capítulo usaremos majoritariamente duas fontes de dados, além de outras que aparecerão, inclusive para reforçá-las. Primeiramente, um estudo realizado pela CUT – Central Única dos Trabalhadores por meio de seu Dossiê acerca do Impacto da Terceirização sobre os trabalhadores, cujo título é: “*Terceirização e Desenvolvimento, uma conta que não fecha*” de 2014³⁰. Sendo uma atualização das informações divulgadas no ano de 2011, por ocasião de uma Audiência Pública organizada naquele ano pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre o tema.

³⁰ CUT, **Terceirização e Desenvolvimento, uma conta que não fecha**. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-e-Desenvolvimento.pdf>>. Acesso em 04 outubro 2017.

O segundo documento é a Nota Técnica da Diesse – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, de 2017, cujo título é “*Terceirização e precarização das condições de trabalho Condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes*”.³¹ Este se baseia em pesquisas domiciliares de emprego e os registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego, além do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

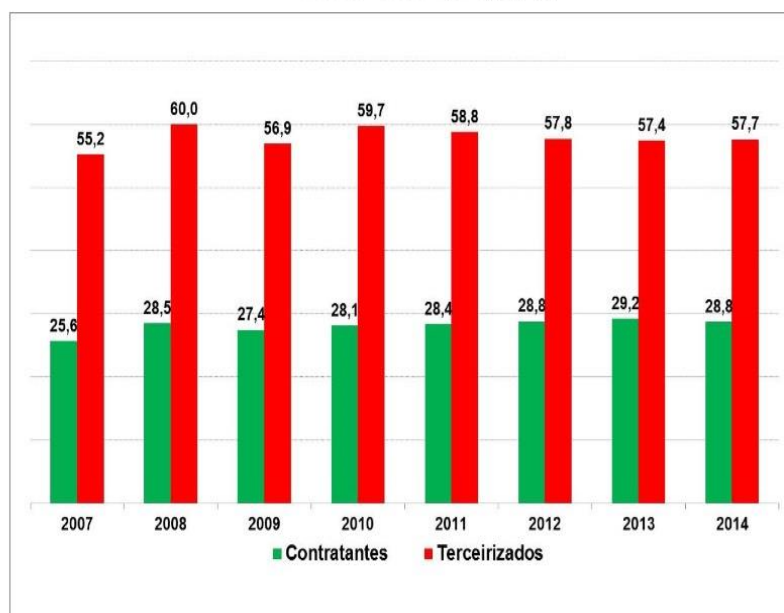
2.1.1 Rotatividade no trabalho

O primeiro ponto de análise será a notória a diferença de garantia no trabalho entre um terceirizado e um tipicamente contratado. No que tange ao tempo de vínculo e a rotatividade dos trabalhadores terceirizados e não terceirizados, de acordo com o dossiê da CUT, enquanto a permanência no trabalho é de 5,8 anos para os trabalhadores diretos, em média, é de 2,7 anos para os terceiros. Esse fato decorre da alta rotatividade dos terceirizados, 64,4% contra 33% dos diretamente contratados.

Os números da Nota Técnica da DIESSE demonstram os mesmos fatos e não são muito diferentes. De acordo com o documento, o tempo médio de permanência para os tipicamente contratantes, a duração média dos vínculos é de 5 anos e 10 meses. Já nos vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas duram, em média, 2 anos e 10 meses. Ainda, no que tange à rotatividade, a rotatividade dos terceirizados era de 80% contra 40% dos não terceirizados.

³¹ DIESSE, **Terceirização e precarização das condições de trabalho**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf>>. Acesso em 02 outubro de 2017.

**Taxa de rotatividade descontada em atividades tipicamente terceirizadas e tipicamente contratantes
Brasil - 2007-2014 (em %)**



Fonte: MTb. Rais

Elaboração: DIEESE. Subseção CUT Nacional

Desse modo, percebe-se por meio de ambas as informações que os trabalhadores terceirizados, em média, costumam ter o vínculo trabalhista de metade do tempo dos não terceirizados. Perceptíveis, assim, as péssimas consequências para o trabalhador, que alterna períodos de trabalho e períodos de desemprego, resultando na falta de condições para organizar e planejar sua vida, resultando em instabilidade e insegurança ao trabalhador e sua família.

Este número serve para demonstrar o problema econômico e psicológico que o trabalhador terceirizado enfrenta durante o labor. Sabe-se que por um lado esta situação é cômoda ao empregador e, por outro, o terceirizado possui essa insegurança durante a prestação do serviço. Quanto maior a taxa de rotatividade, menor a estabilidade, portanto, menor também a qualidade de trabalho. Em praticamente todos os anos analisados, existe o dobro da rotatividade que se verifica nas atividades tipicamente contratantes, como mostra o Gráfico.

Não restam dúvidas de que a elevada rotatividade da mão de obra gera uma relevante preocupação do mercado de trabalho para os terceirizados, visto que para eles representa a incerteza de encontrar um novo emprego num curto espaço de tempo e o risco de ter que aceitar menores salários e benefícios. Não obstante ao

prejuízo ao Estado em virtude de um aumento das despesas com seguro-desemprego.

2.1.2 Diferenças na remuneração

Devemos destacar a questão salarial da categoria. Conforme estudos realizados, comprovou-se que os terceirizados possuem salário menor que os trabalhadores que realizam as mesmas atividades. Um dos pontos mais claros, e que serve para justificar a busca de empresários pela generalização da terceirização, é o fato de que nas atividades tipicamente terceirizadas, a remuneração é inferior à praticada nas atividades tipicamente contratantes.

Não obstante ao fato de que os terceirizados possuem uma maior jornada de trabalho, estes recebem uma remuneração menor que os não terceirizados mesmo atuando em cargo idêntico e exercendo as mesmas funções. Por meio de uma análise comparativa da remuneração média feita pela DIESSE mostrou-se que, de 2007 a 2014, essa diferença se manteve, em média, entre 23% e 27%. Em dezembro de 2014, a remuneração média nas atividades tipicamente contratantes era de R\$ 2.639, enquanto nas atividades tipicamente terceirizadas era de R\$ 2.021.

Conforme informações da CUT, analisando a remuneração média dos setores tipicamente contratante e dos setores tipicamente terceirizados, percebe-se que estes recebem, em média, 24,7 % a menos.

2.1.3 Jornada de trabalho

No que tange à jornada de trabalho, também é perceptível mais uma consequência negativa à classe trabalhadora. Analisando a jornada de trabalho, observa-se que os trabalhadores terceirizados dispendem maior tempo no trabalho.

De acordo com as pesquisas da CUT, a jornada semanal contratada dos terceirizados é de 43 horas em face de 40 horas dos não terceirizados, conforme se observa no gráfico abaixo que contem, inclusive, também dados referentes à diferença remuneratória citada acima.

TABELA 2 - Condições de trabalho e terceirização, 2013

Condições de trabalho	Setores tipicamente contratantes	Setores tipicamente terceirizados	Diferença Terceirizados/Contratante
Remuneração média (R\$)	2361,15	1776,78	-24,7
Jornada semanal contratada (horas)	40	43	7,5
Tempo de emprego (anos)	5,8	2,7	-53,5

Fonte: Rais 2013. Elaboração: DIEESE/CUT Nacional, 2014.

Nota: setores agregados segundo Class/CNAE2.0. Não estão contidos os setores da agricultura. Remuneração média em dezembro.

Na análise da DIESSE, esses valores não possuem grande diferença. Observa-se que 85,9% dos vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas possuem jornada contratada nas faixas de 41 a 44 horas semanais, contra 61,6% nas atividades tipicamente contratantes.

Nesse sentido, é perceptível que nas atividades tipicamente contratantes, existe forte correlação entre a duração do vínculo de emprego e níveis de remuneração mais elevados. Tal correlação não se verifica em relação aos vínculos nos setores tipicamente terceirizados.

2.1.4 Acidentes de Trabalho

Outro ponto a se notar são os acidentes e as mortes no trabalho como um dos problemas mais terríveis da terceirização no país, visto que merece destaque o elevado número de acidentes de trabalhos que sofrem os terceirizados. Dados estatísticos comprovam que os trabalhadores terceirizados estão muitos mais

sujeitos a infortúnios no local de trabalho do que os trabalhadores contratados diretamente.

De cada 10 acidentes de trabalho, 8 acontecem com terceirizados; de cada 5 mortes por acidente de trabalho, 4 são de terceirizados. Decorrentes do baixo investimento em segurança e de treinamento e também da pouca capacidade técnica e econômica das empresas contratadas.

Conforme apontam o estudo e os **dados da Fundação Comitê de Gestão Empresaria – COGE**³², apenas em 2011, das 79 mortes corridas no setor elétrico, 61 foram de trabalhadores de empresas terceirizadas. Devido à diferenciação desses tipos de serviço, os setores como o da construção civil, o petrolífero e o elétrico são os que mais sofrem acidentes de trabalho entre terceirizados.

Esses números chocantes impactam profundamente nos cofres do Sistema Único de Saúde e da Previdência Social, resultando em gastos com atendimentos hospitalares e com pagamento de benefícios previdenciários, implicando negativamente em todo o sistema de Seguridade Social. A ampliação da terceirização poderá aumentar ainda mais esse prejuízo aos cofres públicos.

Para a DIESSE, a participação dos afastamentos por acidentes de trabalho típicos é mais elevada nas atividades tipicamente terceirizadas do que nas tipicamente contratantes, chegando a ser duas vezes mais alta, em alguns casos. Tal fato pode ter como causa a falta de equipamentos apropriados visto que a compra destes causaria elevado gasto ao empregador, além da falta de treinamentos para estes trabalhadores.

Ainda, como exemplo, destaca-se manifestação do Procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho da Paraíba, Cláudio Cordeiro Queiroga Gadelha, afirmando que cerca de 80% dos acidentes de trabalho com morte no Brasil atinge trabalhadores terceirizados³³.

2.1.5 Condições análogas ao trabalho escravo

³² FUNDAÇÃO COGE. **Relatório Estatístico do Setor Elétrico Brasileiro**, 2010. Fundação COGE: Rio de Janeiro, 2010.

³³ PARAÍBA, Ministério Público do Trabalho. **Terceirizados sofrem mais acidentes no trabalho**. Disponível em: <http://www.prt13.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-pb/139-terceirizados-sofrem-mais-acidentes-no-trabalho>. Acesso em: 27 de setembro de 2017.

Importantíssimo destacar também que dos 10 maiores resgates de trabalhadores em condições análogas à de escravos no Brasil, em todos os anos entre 2010 e 2013, em 90% dos flagrantes os trabalhadores vitimados eram terceirizados, de acordo com informações obtidas pelo total de ações do Departamento de Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae) do Ministério do Trabalho e Emprego.

A terceirização está diretamente ligada às piores condições de trabalho, sejam degradantes, exaustivas ou humilhantes, apuradas em todo o território nacional. Destaca-se a presença do uso da terceirização para esconder o trabalho escravo principalmente nas zonas rurais, as quais se tem maior dificuldade de fiscalização.

É possível inferir este fato devido ao universo dos resgates de trabalhadores em condições análogas à de escravos efetuados pela fiscalização do Ministério do Trabalho. A tabela a seguir demonstra dados dos 10 maiores resgates entre todos os flagrantes ocorridos no país entre 2010 e 2013.

**Tabela 1: Trabalhadores em condição análoga à de escravos no Brasil
(informações concernentes aos dez maiores resgates em cada ano)**

Ano	Dos 10 casos, quantos envolveram terceirizados?	Terceirizados resgatados	Contratados diretos resgatados	TOTAL de resgatados
2010	9	891	47	938
2011	9	554	368	922
2012	10	947	0	947
2013	8	606	140	746
TOTAL	36	2998	555	3553

Fonte: DETRAE (Departamento de Erradicação do Trabalho Escravo), elaboração própria.

Para reforçar o assunto, destaca-se documento do Núcleo de Estudos Conjunturais da Universidade Federal da Bahia, no qual se levantou todos os 86 resgates ocorridos de trabalhadores em condições análogas à de escravos no estado da Bahia entre 2003 e 2016, e descobriu que 76,7% de todos os casos

envolviam trabalhadores terceirizados.³⁴ Tratando-se de mais um número impactante.

Além disso, as estatísticas divulgadas pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait)³⁵ mostram que em 82% dos casos de trabalho análogo à escravidão encontrada, entre 1995 e 2015, os trabalhadores eram terceirizados, conforme dados apresentados na Fundacentro na Faculdade de Direito da USP, em 2015.³⁶

2.2 POSICIONAMENTOS DE IMPORTANTES INSTITUIÇÕES JURÍDICAS.

2.2.1 Associação dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT)

A Associação dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) emitiram nota de repúdio ao projeto de lei de terceirização diretamente ao Presidente da República. No entendimento da Anamatra, a Lei nº 13.429 irá gerar, sem dúvidas, o rebaixamento de salários e condições de trabalho de milhões de trabalhadores no Brasil, instituindo como regra a precarização nas relações laborais³⁷.

Ainda, os magistrados e procuradores trabalhistas lembram os danos da terceirização: *“não se pode deixar de lembrar a elevada taxa de rotatividade que acomete os profissionais terceirizados, que trabalham em média 3 horas a mais que*

³⁴ CONJUNTURAIS, Núcleo de Estudos. Disponível em: <http://www.nec.ufba.br/banco_de_dados/mercado_de_trabalho/default.asp>. Acesso em: 15 de outubro de 2017.

³⁵ ATUAL, Rede Brasil. **82% dos trabalhadores em situação análoga a escravidão são terceirizados.** Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/08/82-dos-trabalhadores-em-situacao-analoga-a-escravidao-sao-terceirizados-4491.html>>. Acesso em 24 de setembro de 2017.

³⁶ FUNDACENTRO. **III Congresso Internacional de ciências do trabalho, meio-ambiente, direito e saúde.** Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/cursos-e-eventos/detalhe-do-evento/2015/8/iii-congresso-internacional-de-ciencias-do-trabalho-meio-ambiente-direito-e-saude>>. Acesso em 24 de setembro de 2017.

³⁷ ANAMATRA. Terceirização: **Anamatra lamenta aprovação de projeto de lei que libera a prática em todas as atividades da empresa.** Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/25081-terceirizacao-anamatra-lamenta-aprovacao-de-projeto-de-lei-que-libera-a-pratica-em-todas-as-atividades-da-empresa>. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

os empregados diretos, além de ficarem em média 2,7 anos no emprego intermediado, enquanto os contratados permanentes ficam em seus postos de trabalho, em média, por 5,8 anos”.

No mesmo viés, a Associação dos Procuradores destaca que além de receberem tratamento discriminatório, estes trabalhadores costumam receber remunerações em média de 25% a 30% a menos conforme inúmeros dados existentes, mesmo se tiverem a mesma qualificação dos não terceirizados.

As Associações ressaltam os dados existentes que comprovam a elevada taxa de rotatividade que acomete os profissionais terceirizados e o já elevado número de acidentes de trabalho no Brasil e também se manifestam pela inconstitucionalidade da Lei de Terceirização, assim, como uma clara colisão com compromissos de proteção à cidadania, à dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho previstos no art. 1º da Constituição Federal.

A referida nota da APNT destacou alguns outros dados interessantes sobre o fenômeno da terceirização. Inicialmente, ressaltou-se que estamos presenciando um momento no Estado Brasileiro de hiperterceirização, com mais de 12 milhões de trabalhadores terceirizados, o que equivale a cerca de 27% do número total de trabalhadores com contrato de trabalho formalizado. De certo, a lei aumentará ainda mais esse número e, assim, a regra será o trabalhador ser terceirizado, em desfavor de toda a lógica bilateral-protetiva do Direito do Trabalho.

Destacam um novo ponto: além de todos esses prejuízos sociais, a terceirização indiscriminada, trará como consequência, a não inclusão social de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Isso tendo em vista que, com a pulverização do desenvolvimento das atividades da empresa tomadora mediante contratação de empresas terceirizadas, haverá muito menos empresas com mais de 100 funcionários, aquelas que, por força do art. 93 da Lei nº 8.213/1993³⁸, tem a

³⁸ “**Art. 93.** A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante.	5%.”

obrigação legal de contratar pessoas com deficiência, o que gerará ainda mais exclusão social a esses cidadãos.

A aprovação do PL 4302 também permitirá a terceirização irrestrita no serviço público, em clara burla à regra constitucional do concurso público, o que trará, sobremaneira, uma diminuição da eficiência do Estado, já tão deficiente na prestação de serviços, vez que se sabe que, em muitas das vezes, o trabalhador passa a prestar serviços para o Estado com o pagamento de alguma “dívida” de campanha, sendo seu compromisso como seu padrinho político, em detrimento do interesse público. Fora isso, há casos em que a terceirização no serviço público tem sido utilizada para irrigar campanhas de políticos como uma “troca” pelo fechamento de contratos com o Poder Público, situações que possivelmente aumentarão nesse novo cenário.

Desse modo, representará imenso retrocesso social para nosso país, expandindo a desigualdade social presente na sociedade brasileira além da violação ao texto constitucional.

2.2.2 Ministério Público do Trabalho

O Ministério Público do Trabalho (MPT) também se posicionou de maneira importante sobre o tema. O órgão manifestou-se totalmente contrário a lei que regulamentaria a terceirização. Cabe ao MPT defender de interesses coletivos, quando desrespeitados direitos sociais constitucionalmente garantidos aos trabalhadores e, assim, durante a sua atuação, o MPT atua cotidianamente em processos que envolvem trabalhadores terceirizados³⁹.

Por meio de uma nota técnica pública, o MPT alegou que a terceirização de serviços é uma prática que fragiliza profundamente a efetividade dos direitos fundamentais dos trabalhadores previstos no art. 7º da Constituição. Em decorrência das condições de trabalho, o órgão ressalta que o fenômeno fragmenta a relação de emprego, aumenta a rotatividade de mão-de-obra, reduz a remuneração, eleva a jornada de trabalho, reduz a garantia de férias e de benefícios indiretos, submete os

³⁹ TRABALHO, Procuradoria-Geral. Nota Técnica 03/2017. Disponível em: http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/b9724af9-b29a-4e20-80da-492ae5fe4da3/Nota+T%C3%A9cnica+n%C2%BA+3-2017+-+PLC+30-2015+-+terceiriza%C3%A7%C3%A3o.pdf?MOD=AJPERES. Acesso em: 28 de setembro de 2017.

direitos trabalhistas a alto risco de inadimplemento e dispersa a organização sindical obreira, dificultando o exercício da negociação coletiva e da greve, dentre tantos outros prejuízos que enseja aos direitos sociais dos trabalhadores.

Ainda de acordo com a nota, as pesquisas são claras ao demonstrar que trabalhadores terceirizados são submetidos a piores condições de saúde e segurança no trabalho em face do menor nível de investimento em medidas de prevenção de acidentes e adoecimentos. Nesse viés, a nova lei é uma grave afronta os valores sociais do trabalho e do primado do trabalho como princípio da ordem social previsto no artigo 193 da Constituição. O órgão afirma também que a mitigação do concurso público fomentará a corrupção, o apadrinhamento político e o nepotismo, elevando a promiscuidade entre o público e o privado.

Sabe-se que a principal argumentação dos empresários favoráveis à ampliação da terceirização das atividades-fim é a de que esse procedimento iria propiciar geração de emprego. Entretanto, em sua nota, o MPT aponta não possuir fundamento lógico ou científico o argumento de que a terceirização de serviços constitua instrumento de geração de emprego, pois as empresas de intermediação de mão de obra não desenvolvem atividade produtiva própria, mas apenas fornecem empregados para as contratantes, de modo que não geram novas vagas, apenas precarizando as existentes.

O efeito da terceirização irrestrita é o de mera substituição de empregos diretos e com melhor nível de proteção social por vagas de empregos precarizações, como já verificado em outros países que adotaram práticas semelhantes. Nesse sentido, não possui embasamento as afirmações alegadas pelos empreendedores sobre a ampliação do fenômeno.

2.2.3 Ministros do Tribunal Superior do Trabalho

Diante da importância do assunto e como ele afetará inúmeros trabalhadores, os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho também se manifestaram sobre o tema. Por meio de uma carta à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do Congresso Nacional, a grande maioria dos Ministros do TST (19 ministros dos 26 totais na época), enfatizando sua experiência de várias

décadas na análise de milhares de processos relativos à terceirização trabalhista, emitiram nota se manifestando contrários à lei⁴⁰.

Na análise dos ministros, a ampliação da terceirização negligencia e abandona os limites já sedimentados no Direito brasileiro. Ainda, essa permissão de generalização para toda a economia e a sociedade, certamente provocará gravíssima lesão social de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários no País, com grande potencial de provocar a migração de milhões de trabalhadores que são efetivos das empresas e instituições tomadoras de serviços em direção a um novo enquadramento, como trabalhadores terceirizados, resultando uma notável redução de direitos e garantias trabalhistas e sociais.

Os ministros afirmaram que, por meio de sua experiência trabalhista, é manifesto que os direitos e garantias dos trabalhadores terceirizados são, na prática, manifestamente inferiores aos dos empregados efetivos, principalmente pelos níveis de remuneração e contratação significativamente mais modestos. Nesse viés, as consequências da controversa lei serão o profundo e rápido rebaixamento do valor social do trabalho na vida econômica e social brasileira, envolvendo potencialmente milhões de pessoas.

Destacaram, ainda, três pontos não comumente mencionados por outras instituições como consequências da generalização da terceirização. Primeiro, o fato de que a diminuição da remuneração contratual de inúmeros de cidadãos afetará potencialmente, de maneira negativa, o mercado interno de trabalho e de consumo, comprometendo um dos principais elementos de destaque no desenvolvimento do País. Segundo, que essa redução da renda gerará também um problema fiscal para o Estado, visto que diminuirá de modo considerável a arrecadação previdenciária e tributária no Brasil.

Por fim, no âmbito da saúde, terá como consequência uma sobrecarga adicional e significativa ao Sistema Único de Saúde (SUS), visto que os trabalhadores terceirizados são vítimas de acidentes do trabalho e doenças profissionais em proporção muito superior aos empregados efetivos das empresas tomadoras de serviços, conforme dados já demonstrados.

⁴⁰ CONJUR. **Ministros do TST condenam PL da Terceirização**.< <https://www.conjur.com.br/dl/oficio-tst-terceirizacao.pdf>> . Acesso em: 19 de outubro de 2017.

2.2.4 Procuradoria-Geral da República

A Procuradoria-Geral da República ingressou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) buscando a declaração da inconstitucional da Lei 13.429/2017⁴¹. No entendimento do Procurador-geral, a lei contraria o caráter excepcional do regime de terceirização e afronta o regime constitucional de emprego socialmente protegido, além de mitigar os direitos fundamentais conferidos ao trabalhador.

Na ação, mencionar que a lei amplia de forma “ilegítima e desarrazoada” o regime de locação de mão de obra temporária, para além de hipóteses estritamente necessárias à empresa tomadora dos serviços, afronta à cláusula constitucional que impede o retrocesso social desarrazoado e vulnera normas internacionais de direitos humanos⁴².

Nesse sentido, tendo em vista o risco social que a lei representa, a Procuradoria alegou que a vigência da lei abre espaço para que milhares de postos de emprego direto sejam substituídos por locação de mão de obra temporária e por empregos terceirizados em atividade finalística com precaríssima proteção social.

Desse modo, ao mesmo tempo em que se fere o regime de emprego constitucional e a proteção social constitucionalmente destinada aos trabalhadores, geraria uma enorme substituição de postos de trabalho com impacto direto na vida dos trabalhadores.

Na ADIN, pede-se a inconstitucionalidade material do dispositivo que autoriza a terceirização irrestrita da atividade finalística de empresas privadas e de órgãos e entes da administração pública. Para ele, além de violar o regime constitucional de emprego socialmente protegido, a norma fere a função social das empresas, o princípio isonômico e a regra do concurso público nas empresas estatais exploradoras da atividade econômica.

2.3 Conclusões acerca dos dados e manifestações

⁴¹ FEDERAL, Ministério Público. **A PGR pede a inconstitucionalidade da lei que permite a terceirização de atividade-fim**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-pede-inconstitucionalidade-de-lei-que-permite-terceirizacao-da-atividade-fim-1>>. Acesso em 01 de outubro de 2017.

⁴² FEDERAL, Ministério Público. **Ação Direta de Inconstitucionalidade**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/ADI5735.pdf>> . Acesso em: 2 de novembro de 2017.

Diante dos dados apresentados nesse capítulo, além de outros existentes, torna-se claro que este tipo de serviço gera prejuízos ao trabalhador. A precarização é existente por meio de uma total insegurança do trabalhador no mercado, além de uma duração de jornada maior ao mesmo tempo de uma remuneração inferior e o maior risco a acidentes de trabalho e condições análogas a escravos.

O Ministério Público do Trabalho possui vasta experiência na análise de reclamações trabalhistas sobre terceirização visto que é umas de suas principais atribuições institucionais. Ainda, é de extrema força contrária à Lei, o fato de a maioria dos Ministros do TST terem produzido um documento ao Poder Legislativo para que a referida legislação não fosse aprovada.

Não obstante, a Procuradoria-Geral da República também se posiciona no sentido de que a lei fere não só a seara trabalhista, mas como todo o ordenamento jurídico, possuindo clara inconstitucionalidade material ao entrar em choque com diversos direitos, princípios e garantias que o Direito busca dar ao trabalhador.

Não se pode deixar de destacar que instituições importantes e com extenso conhecimento sobre a área de manifestaram. Cabe uma conclusão interessante nesse momento: uma grande parte dos processos trabalhistas é relacionada à terceirização e os magistrados trabalhistas e o Ministério Público do Trabalho afirmam que estes trabalhadores possuem enormes prejuízos e sofrem intensas discriminações. Negar as graves consequências que a terceirização causa aos trabalhadores seria ir contra a vasta experiência de quem trabalha com o referido assunto.

Desse modo, argumentos e dados não faltam para a caracterização de precarização dos trabalhadores terceirizados. É inequívoco afirmar que os legisladores ao aprovarem a Lei de Terceirização se abstiveram de analisar qualquer contexto do fenômeno, sendo imprescindível que os dados referentes à terceirização e a opinião de quem trabalha cotidianamente com o fenômeno fossem levadas em consideração no momento de debate do projeto de lei.

Assim, tendo em vista o analisado nesse capítulo, por meio de dados vastos e manifestações que demonstram a precarização desses trabalhadores, cumpre analisar o texto constitucional de modo que se torne clara a inconstitucionalidade da terceirização de atividade-fim tendo em vista a incompatibilidade do real contexto da terceirização e dos direitos e das garantias previstos pelo constituinte de 1988.

3. A Inconstitucionalidade da Terceirização de Atividade-fim prevista na Lei nº 13.429/2017.

3.1 Das razões da Inconstitucionalidade

Nesse capítulo demonstraremos os motivos que tornam inconstitucional a Lei de Terceirização. Após um estudo da história e uma análise do atual contexto jurídico, econômico e social da terceirização no Brasil, seguidos de uma apresentação de dados e posições das principais instituições jurídicas do país sobre o tema, torna-se necessário demonstrar o choque da ampliação do fenômeno com a Constituição.

Conforme já observado, a terceirização trouxe consequências negativas aos trabalhadores, tonando-se um retrocesso trabalhista e constitucional devido ao fato de caminhar em sentido contrário ao que o Direito do Trabalho e a Constituição buscaram para os trabalhadores.

Desse modo, demonstrar-se-á que esse fenômeno vai de encontro com vários artigos da Constituição, além de princípios e objetivos sociais e trabalhistas. A Lei 13.429 possui clara contradição material com a proteção que a Constituição buscou dar a seus trabalhadores visto que vai expandir as graves consequências negativas ao trabalhador ao permitir a terceirização de forma irrestrita.

Nesse sentido, uma análise minuciosa das disposições constitucionais relativas ao trabalho é fundamental para que se entenda o que o constituinte buscava às relações trabalhistas e ao respeito e proteção ao trabalhador, percebendo-se, assim, que a terceirização não caminha no mesmo sentido.

A Lei nº 13.429⁴³ permitiu a ampliação da terceirização para atividades específicas e indeterminadas, ou seja, atividades-fim; de modo que contraria o que a justiça do trabalho entendeu nos últimos anos. Cabe destacar, novamente, que a Lei

⁴³ "Art. 4º-A. Empresa prestadora de serviços a terceiros é a pessoa jurídica de direito privado destinada a prestar à contratante serviços determinados e específicos"

nº 13.467 também teve esse entendimento e permitiu, alterando, inclusive, o mesmo artigo da Lei nº 6.019/74, o trabalho a terceiros em sua atividade principal.⁴⁴

Ainda, importante informar que este trabalho tem como objetivo principal destacar a inconstitucionalidade material da Lei 13.429. No nosso entendimento, a Lei de Terceirização tem objetivos e interesses que ignoram completamente o atual contexto do fenômeno e a dignidade do trabalhador, afrontando, assim, a Constituição Federal. Não obstante, muitos também entendem pela inconstitucionalidade formal, inclusive a Procuradoria Geral da República assim entendeu ao adentrar com ADIN, de toda sorte que também destacaremos a possibilidade da inconstitucionalidade formal.

3.1.1 Violação dos direitos constitucionais dos trabalhadores

Analisando a Constituição Federal, é notório que o constituinte buscou dar grande relevância às relações trabalhistas e à proteção ao trabalho, tendo em vista os vários dispositivos sobre o tema. Inicialmente, já no seu artigo 1º, estão presentes os fundamentos de República Federativa do Brasil, destacando-se o inciso IV, qual seja, “*os valores sociais do trabalho*”. Ainda, no artigo 6º estão presentes os direitos sociais, dentre os quais se inclui o trabalho, conforme observado abaixo.

“Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, **o trabalho**, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

⁴⁴ “[Art. 4º-A](#). Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.”

Destaca-se também desde o artigo 7º até o artigo 11º da carta magna com um rol enorme de direitos dos trabalhadores dentro do capítulo de direitos sociais, ressaltando a importância dada ao tema. Dentre os direitos elencados no artigo 7º, alguns merecem uma melhor análise para que se torne mais clara a contradição do fenômeno da terceirização e os direitos constitucionais trabalhistas.

Inicialmente, ao analisar os primeiros incisos, nota-se a preocupação da Constituição em dar uma maior segurança econômica ao trabalhador. É importante notar que já em seu caput expressamente dispõe que tais direitos visam garantir uma melhoria à condição social.

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:”

De início, observamos que o constituinte buscou o respeito à condição social do trabalhador e isso inclui uma qualidade em sua renda, saúde, família, entre outros. Em virtude dos dados referentes à terceirização, percebemos que esse fenômeno não se alinha a essa ideia, pelo contrário, por meio de um estudo sobre o tema temos a conclusão de que a terceirização piora a condição social do trabalhador e permitir a sua aplicação irrestrita irá agravar ainda mais tal situação.

Analisando-se o rol do artigo 7º, percebemos direitos que buscam dar garantias e segurança ao trabalhador, tais como: relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, seguro-desemprego duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais; além de salário mínimo capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo.

Nesse sentido, é claro que o que se busca na Constituição é um trabalho que ofereça uma mínima segurança econômica ao trabalhador para que ele e sua família tenham adequadas condições de vida. Além disso, observa-se também uma preocupação com uma jornada digna e um salário que seja razoável.

Nesse ponto, podemos observar a contradição entre esses direitos constitucionais acima listados e os dados sobre a terceirização, como a alta rotatividade dos terceirizados e suas remunerações baixas, além da alta jornada de

trabalho. Deduzimos, então, que a realidade da terceirização não respeita as garantias e direitos que o artigo 7º busca ao trabalhador.

O fenômeno, por si só, já fere esses direitos estabelecidos no texto constitucional. A sua aplicação irrestrita decorrente da Lei 13.429, irá ampliar esse desrespeito aos direitos trabalhistas, levando-o para mais trabalhadores e com consequências ainda mais graves.

Ainda, também no artigo 7º, é estabelecido como direito aos trabalhadores uma grande preocupação com a saúde, a higiene e a segurança do trabalhador, assim como contra acidentes de trabalho e a responsabilidade do empregador, conforme se observa abaixo.

*“XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
(...)
XXVIII -seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;”*

Diante disso, nota-se outro ponto em que obviamente existe uma contradição entre a realidade prática da terceirização e a proteção que busca o constituinte ao trabalhador. Conforme já destacado, os terceirizados estão muito mais expostos a riscos e sofrem muito mais acidentes de trabalho em virtude de suas atividades e de falta de equipamentos e proteção necessários ao serviço.

A sua aplicação irrestrita agravará ainda mais a realidade de que os empregadores não possuem interesse em controlar os riscos das atividades dos terceirizados, sendo proporcional ao número de acidentes da categoria. Tendo em vista que, na prática, as empresas têm menos responsabilidade e maior facilidade de dispensa e substituição do terceirizado, estas não irão querer ter gastos com proteção ao trabalhador e, desse modo, contratarão terceirizados de modo irrestrito.

Assim, boa parte dos incisos elencados no artigo da Constituição que busca estabelecer direitos aos trabalhadores, visando uma boa condição de vida, é ignorada pela terceirização e sua ampliação, sem dúvidas, irá cada vez mais mitigar esses direitos nas relações trabalhistas.

No capítulo referente à ordem econômica da Constituição, artigo 170º, o cuidado com as relações trabalhistas também é mencionado no momento em que o constituinte destaca sobre a valorização do trabalho humano, relacionando-o com a justiça social, a livre iniciativa e a função social da propriedade.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social.

Este artigo promove a valorização do trabalho e, nesse ponto, novamente devemos comentar que o modelo proposto pela Lei de Terceirização vai de encontro com esse artigo ao precarizar as relações de trabalho e não assegurar um trabalho digno e valorizado.

Percebe-se, então, que a Constituição Federal não poucas vezes faz referência ao trabalho, demonstrando ser um dos assuntos mais importantes e preocupantes para o legislador constitucional, sendo um forte elemento da Constituição Federal como parâmetro de interpretação de constitucionalidade de uma lei. Ao desrespeitar a valorização que o trabalho e piorar as condições de vida do trabalhador, torna-se notório que a aplicação irrestrita da terceirização irá precarizar ainda mais esse tipo de relação trabalhista, sendo uma clara afronta ao texto constitucional.

3.1.2 O Retrocesso Social

Diante das graves consequências que a Lei 13.429 certamente causará não só aos trabalhadores, mas à toda sociedade, é importante destacar a ofensa ao princípio da vedação do retrocesso social. Este princípio refere-se à impossibilidade de retirada pelo Estado de direitos sociais conquistados pela sociedade.

Conforme informações e dados presentes nesse trabalho sobre a terceirização, não restam dúvidas de que a ampliação da terceirização é prejudicial à sociedade e afeta notoriamente direitos sociais dos trabalhadores, sendo um retrocesso aos direitos constitucionais trabalhistas.

No mesmo viés, ressaltamos que não há nenhuma demonstração detalhada que demonstre qualquer benefício que a terceirização irrestrita traria à sociedade e, muito menos, aos trabalhadores. Não obstante o fato de que existem diversos dados que mostram os prejuízos que esse fenômeno causa aos trabalhadores.

Nesse âmbito, a doutrina e a jurisprudência também afirmam a força desse princípio na seara trabalhista. Destaca-se abaixo entendimento de Graça Laranjeira sobre o princípio:

(...) É princípio basilar da nossa Constituição Federal a proteção dos direitos humanos, que, dentre outros princípios protetivos, alberga a proibição do retrocesso social. De acordo com este princípio, uma vez reconhecidos, os direitos fundamentais, dentre os quais se insere o direito ao trabalho justo, adequado e não prejudicial a vida e saúde do trabalhador e os direitos sociais laborais, não podem ser eles suprimidos ou diminuídos. (TRT 5ª R. RO n. 0001278-07.2013.5.05.0102. 2ª Turma. Rel. Graça Laranjeira. DEJT: 18/07/2014).

No âmbito constitucional, o jurista português Gomes Canotilho analisa esse princípio constitucional e se manifesta no sentido de que o núcleo dos direitos sociais foi efetivado e garantido pela Constituição, sendo inconstitucionais quaisquer medidas que resultem em anulação, revogação ou aniquilação pura e simples desse centro essencial. A liberdade do legislador tem como limite o núcleo essencial construído pela Constituição⁴⁵.

Ainda na seara trabalhista, o doutrinador e magistrado Grijalbo Coutinho também tem importante manifestação sobre o assunto especificamente sobre a terceirização:

“Ora, a terceirização dilapida conquistas sociais previstas em diplomas jurídicos nacionais e internacionais, sendo responsável pelo aumento dos índices de trabalho escravo contemporâneo, mortes e mutilações relacionadas ao trabalho. Trata-se de veículo empresarial hoje utilizado com maior ênfase para liquidar ou mitigar Direitos Humanos da classe trabalhadora. Verifica-se, pois, a sua incompatibilidade com o princípio da proibição do retrocesso social inerente ao Direito do Trabalho, incorporado de maneira expressa ao ordenamento jurídico nacional (CRFG, art. 7ª) e internacional”⁴⁶.

Nesse sentido, a terceirização irrestrita, sem dúvidas, é um retrocesso social, não respeitando os direitos previstos na Constituição Federal para os trabalhadores e seguindo em direção oposta também ao que o Direito do Trabalho vem lutando nos últimos anos pela proteção do trabalhador.

3.1.3 O Prejuízo aos cofres públicos

⁴⁵ CANOTILHO, Joaquim José Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra: Almedina, 2002. p. 227.

⁴⁶ COUTINHO, Grijalbo Fernandes. **Terceirização: Máquina de moer gente trabalhadora**. São Paulo: Ltr, 2015.

Não obstante as ofensas ao direito do trabalho e aos direitos constitucionais, a ampliação da terceirização também trará prejuízos econômicos ao Estado. Assim, contraria-se o desenvolvimento nacional, o interesse nacional e o interesse coletivo; todos previstos constitucionalmente.

Sabe-se que a terceirização está relacionada a uma maior possibilidade de acidentes de trabalho e, desse modo, a sua ampliação será proporcional ao aumento desses acidentes e poderá, conseqüentemente, a um aumento de auxílios e benefícios que o Estado terá que arcar.

Os números demonstram que a ampliação do fenômeno terá impacto no Sistema Único de Saúde e da Previdência Social, em virtude de gastos hospitalares e benefícios previdenciários, implicando negativamente em todo o sistema de Seguridade Social.

Ainda, conforme bem demonstrado pelos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho em sua nota contra a Lei nº 13.429/2017, a menor remuneração percebida pelos terceirizado leva-nos a crer que a ampliação desse fenômeno afetará consideravelmente, de maneira negativa, o mercado interno de trabalho e, conseqüentemente, do consumo nacional, prejudicando um dos principais elementos de destaque no desenvolvimento do País.

Além disso, a redução da renda também irá gerar um problema fiscal para o Estado, visto que poderá diminuir de modo considerável a arrecadação previdenciária e tributária do país em virtude das menores remunerações e da perda de força do mercado interno.

Nesse sentido, a ampliação do fenômeno da terceirização tende a aumentar o número de acidentes de trabalho, assim como o número de trabalhadores recebendo uma remuneração inferior. Conclui-se, então, pelo prejuízo que a lei acarretará no sistema de Seguridade Social e no mercado interno.

3.1.4 A Inconstitucionalidade Formal

Ressalta-se que este trabalho tem como objetivo principal destacar a inconstitucionalidade material da terceirização irrestrita. Não obstante, boa parte dos juristas, assim como a Procuradoria-Geral da República em sua ADIN ajuizada

contra a Lei, destaca a existência também da inconstitucionalidade formal no procedimento da Lei.⁴⁷

Desse modo, alega-se que o vício de inconstitucionalidade do PL nº4.302/98 ocorreu na sua própria tramitação, visto que em agosto 2003 houve o pedido de retirada do projeto pelo Presidente da República, autor da matéria.

Assim, de acordo com o art. 104 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no momento de pedido de retirada de proposição do autor, deve-se submeter à decisão do Presidente da Casa Legislativa, com recurso ao Plenário. Entretanto, o pedido não foi respeitado e sequer foi alvo de debate no pleno e, portanto, houve desrespeito ao processo legislativo.⁴⁸

No que tange ao assunto, houve a impetração de três Mandados de Segurança (34.711, 34.708, 34.714), quando o Projeto de Lei voltou a tramitar, para o Supremo Tribunal Federal, o qual determinou que a Câmara se pronunciasse, o que não ocorreu.

Cabe destacar que, de acordo com o Regimento Interno da Câmara, se o autor do projeto pedir a sua retirada, é obrigatório que a demanda seja levada ao pleno, não havendo margem para não levar a discussão ao pleno.

O Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot destacou que foi desrespeitado gravemente o princípio da divisão funcional do poder, violado o poder de iniciativa legislativa extraparlamentar previsto no artigo 61 da Constituição e ferida a norma do artigo 104 do Regimento Interno da Câmara. Entendendo-se, assim, também pela inconstitucionalidade formal da Lei 13.429/2017.

3.1.5 O enfraquecimento da representação sindical

Diante da natureza de relação trabalhista triangular envolvendo o terceirizado, a tomadora de serviços e a empresa terceirizada; percebe-se na terceirização um problema na representação sindical tendo em vista que o trabalhador não possui segurança e confiança sobre quem o representa coletivamente.

⁴⁷ FEDERAL, Ministério Público. **Ação Direta de Inconstitucionalidade**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/ADI5735.pdf>> . Acesso em: 2 de novembro de 2017.

⁴⁸ “Art. 104. A retirada de proposição, em qualquer fase do seu andamento, será requerida pelo Autor ao Presidente da Câmara, que, tendo obtido as informações necessárias, deferirá, ou não, o pedido, com recurso para o Plenário.”

O debate acerca da representação sindical do terceirizado é antigo e desde o início do fenômeno se percebe a sua fragilidade. Diante do avanço das reivindicações e buscas pela efetiva garantia de direitos trabalhistas dos últimos anos que tiveram, em alguma parte, resultados em negociações coletivas, o terceirizado ficou em desvantagem.

Inclusive, durante a tramitação do Projeto de Lei, este foi um dos pontos mais debatidos no Legislativo devido ao fato de que os contrários ao projeto reiteravam essa fragilização na representação sindical e que se houvesse uma ampliação para a terceirização irrestrita dever-se-ia atentar a esse ponto tendo em vista que prejudicaria mais trabalhadores.

A consequência da Lei de Terceirização será levar a um maior número de trabalhadores esse enfraquecimento da organização dos trabalhadores e um menor poder de barganha para negociar com patrões, acarretando, assim, em uma perda de direitos e uma maior desvantagem ao terceirizado. O que ocorre e vai acontecer com ainda mais frequência, é a pulverização e uma grave segmentação dos trabalhadores na mesma empresa, existindo vários grupos representados por diferentes sindicatos.

Destaca-se a possibilidade, também, de uma fragmentação completa. A possibilidade de uma empresa apenas ter somente trabalhadores terceirizados, teria como consequência uma dificuldade de identidade e representação desses trabalhadores em uma mesma empresa. Assim, a consequência será o enfraquecimento das negociações e a perda de união.

Gabriela Neves Delgado destaca que a Constituição, em seu artigo 8º, buscou uma proteção espacial ao trabalhador e uma real e efetiva integração do trabalhador à vida da empresa, buscando uma valorização da relação direta entre o obreiro e o empreendedor com a noção constitucional de categoria profissional e o modelo de organização sindical, e que pressupõe um vínculo de solidariedade entre os empregados⁴⁹.

Ainda, a doutrinadora demonstra que a terceirização irrestrita irá gerar um enfraquecimento do valor constitucional da organização sindical da classe como veículo de afirmação da união profissional pela melhoria das condições sociais dos

⁴⁹ DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos. **A inconstitucionalidade da terceirização na atividade-fim das empresas**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, São Paulo, v. 80, n. 3, p. 75-89, jul. / set. 2014.

trabalhadores, visto que o empregador poderá por meio de transferência de terceirizados para outra categoria profissional, com reduzido poder de reivindicação, prejudicando a ideia constitucional de organização sindical a fim de que ocorra uma coalizão profissional em prol de melhores condições.⁵⁰

Marcio Tulio Viana reforça os problemas que a terceirização ocasiona na representação sindical. De acordo com o doutrinador, há uma verdadeira cisão entre trabalhadores efetivos e terceirizados, existindo empregadores distintos, entidades sindicais diversas, tipos de contrato díspares no mesmo local de trabalho. A Lei da Terceirização irá ampliar isso e terá como consequência uma maior diminuição da força coletiva e de negociação dos terceirizados⁵¹.

Destaca, ainda, a problemática sobre a figura do intermediário que se apresenta entre o trabalhador e a empresa que aproveita a força de trabalho, observando que: “*o que esse intermediário quer não é a mesma coisa que o empresário quer*”. Afirma que o intermediário utiliza a força-trabalho como valor de troca e o que ele consome, de certo modo, é o próprio trabalhador, na medida em que o utiliza como veículo para ganhar na troca e, assim, o que importa é antes a quantidade do que a qualidade. Assim, o trabalhador não se sente como um centro da relação trabalhista, visto que representa apenas um objeto de uma relação comercial.

Cabe destacar também o posicionamento de Cristiano Paixão e Ricardo Lourenço Filho, os quais demonstram que a falta de referências no espaço e no tempo refletem no papel das entidades. De acordo com os doutrinadores, é mais difícil a formação de uma identidade entre trabalhadores sujeitos a mudanças constantes do tomador de serviço. Desse modo, tem-se como reflexo a necessidade de maiores esforços para reuni-los e as pequenas condições fundamentais para o agir coletivo, como a igualdade de lutas, reivindicações, perspectivas, interesses.⁵²

⁵⁰ DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos. **A inconstitucionalidade da terceirização na atividade-fim das empresas**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, São Paulo, v. 80, n. 3, p. 75-89, jul. / set. 2014

⁵¹ VIANA, Márcio Túlio. **Sindicato e trabalhador: a flexibilidade por meio do sujeito**. In: DELGADO, Gabriela Neves; BRITTO PEREIRA, Ricardo José Macedo. Trabalho, constituição e cidadania: a dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas. São Paulo: LTr, 2014. p. 293.

⁵² PAIXÃO, Cristiano; FILHO, Ricardo Lourenço. **Impactos da Terceirização no Mundo do Trabalho: Tempo, Espaço e Subjetividade**. Revista do TST, Brasília, v. 80, n. 3, p. 75-89, jul. / set. 2014

Como afirma Márcio Túlio Viana, em relação às dificuldades enfrentadas pelos sindicatos:

“antes, os trabalhadores passavam toda uma vida na mesma categoria profissional, na mesma empresa ou pelo menos na mesma cidade e na mesma situação formal de empregados. Eram tão estáveis quanto os produtos, a empresa e até os valores da sociedade em que viviam. Por isso, era fácil encontrá-los e agregá-los. Hoje, os trabalhadores – especialmente os terceirizados – vagam no espaço e no tempo. Vão e voltam, passando do emprego ao desemprego, ao subemprego e a um novo emprego, numa relação de permanente curto-circuito. É difícil identificá-los e reuni-los, pois o sindicato não tem a mesma plasticidade”⁵³.

Analisando-se historicamente, os sindicatos se mostraram instrumentos importantes na construção de uma identidade entre os trabalhadores para que exercessem resistência, reivindicações, lutas e defesa de seus direitos. Ainda, demonstram a união dos trabalhadores frente ao empregador para que se busque uma legal mais igualitária possível.

Nesse sentido, a Lei 13.429/2017 ao tornar irrestrito o fenômeno da terceirização, ocasionará em uma maior segmentação dos trabalhadores e uma menor união e força do grupo de trabalhadores de uma mesma empresa frente ao seu empregador. Nota-se, assim, uma violação à intenção do constituinte que buscou uma organização sindical para a proteção e efetivação dos direitos dos trabalhadores unidos.

Não obstante as graves consequências que o fenômeno da terceirização gera ao trabalhador, como, por exemplo, uma menor remuneração, uma maior jornada de serviço, um maior risco de acidentes; este terá ainda a dificuldade na união e na identidade dentro da empresa para que por meio de sua representação sindical possa negociar melhorias para sua classe.

Desse modo, o conjunto dos fatores gerados pela ampliação da terceirização, demonstra que a proteção dos trabalhadores está sendo violada por essa lei. A disparidade entre os empregadores e o trabalhador fica clara, ocorrendo uma clara ofensa ao princípio da proteção do direito do trabalho e à Constituição.

⁵³ VIANA, Márcio Túlio. **Terceirização e sindicato: um enfoque para além do jurídico**. Revista LTr, v. 67, n. 7, jul. 2003.

3.1.6 A Violação ao concurso e ao nepotismo

Inicialmente, cabe destacar que este ponto ainda é controverso. A Lei nº 13.429 não deixou clara se a terceirização irrestrita aplica-se ao serviço público ou não, entretanto não existem motivos para acreditar que as empresas não buscarão se aproveitar dessa lacuna.

Caso a terceirização irrestrita pretendida também seja aplicável ao serviço público, existirá um conflito entre o que o constituinte e a jurisprudência dos tribunais sempre entenderam sobre a necessidade de concurso público para o ingresso no serviço público, salvo as exceções legais previstas na própria Constituição.⁵⁴

A terceirização não é um dos casos de ingresso no serviço público sem concurso e permitir a sua aplicação irrestrita violaria essa condição. Ainda, abriria espaço para um apadrinhamento e troca de favores ao permitir que determinados terceirizados entrem no serviço público.

Nesse sentido, caso se entenda da referida lei a permissão terceirizar a atividade-fim no serviço público, além de desrespeitar a necessidade expressa no artigo 37º da realização do concurso público, surge a enorme possibilidade de afetar a vedação do nepotismo na Administração Pública.

Insta destacar que, de acordo com esta lei, não há nenhum limite de parentesco para a terceirização. Assim, poder-se-ia contratar um terceirizado “apadrinhado” pelo responsável pelo procedimento, parente do interessado pela contratação por exemplo. O artigo 37º, II, da CF dispõe que a aprovação em concurso público visa respeitar os princípios da impessoalidade, moralidade, eficiência, entre outros, de modo que a terceirização não pode desrespeitar isso⁵⁵.

Assim, analisando o sistema protetivo do trabalhador e o regime jurídico específico para os servidores públicos, nota-se que a Lei da terceirização não é compatível com esse modelo e de forma alguma poderá se permitir a terceirização de atividade-fim no serviço público.

Destaca-se que, poucos meses após a publicação da lei, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho junto a Ministros do TST, auditores

⁵⁴ FEDERAL, Ministério Público. **Ação Direta de Inconstitucionalidade**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/ADI5735.pdf>> . Acesso em: 2 de novembro de 2017.

⁵⁵ FATO, Brasil de. **A Lei de Terceirização acaba com o concurso público diz o Procurador-Geral do Trabalho**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/23/lei-da-terceirizacao-acaba-com-concurso-publico-diz-procurador-geral-do-trabalho>. Acesso em: 11 de outubro de 2017.

e procuradores do trabalho, emitiu nota afirmando que a terceirização de atividade-fim não pode ser aplicada na administração pública direta e indireta em nenhuma hipótese. Insta ressaltar, também, que os participantes reafirmaram a existência da inconstitucionalidade da Lei⁵⁶.

Nesse sentido, a possibilidade de terceirização de atividade-fim na Administração Pública viola o princípio do concurso público e também a vedação ao nepotismo. A Lei de Terceirização não é clara ao dizer em quais situações cabe à terceirização no serviço público, mas sabe-se que o legislador infraconstitucional não pode contrariar o que a Constituição previu para o ingresso na Administração.

3.1.7 Da Função Social

Na Constituição também está presente a função social da propriedade, em seu artigo 5º, XXIII. Esse fenômeno estabelece que o uso do direito de propriedade deve estar ligado a finalidades sociais e deve ser utilizado em prol da coletividade.

Nesse viés, devemos destacar a ligação entre esse fenômeno e o artigo 170, II, da Constituição, no qual o próprio constituinte inter-relaciona a função social da propriedade com a ordem econômica e a valorização do trabalho. Infere-se que a função social da propriedade é completamente aplicável à função da empresa e ao trabalho que se desenvolve na propriedade.

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
(...)
III - função social da propriedade;”.

Nesse ponto, cumpre destacar o entendimento de Mauricio Godinho Delgado e Gabriela Neves Delgado, os quais afirmam que a propriedade citada pelo constituinte deve se submeter e cumprir efetivas funções de caráter social e de

⁵⁶ A **terceirização não vale para o governo nem para atividade-fim**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-out-11/terceirizacao-nao-vale-governo-nem-atividade-fim-dizem-juizes>. Acesso em > 25 de outubro de 2017.

caráter ambiental, não sendo permitindo o “uso egoístico da propriedade” pelo ordenamento jurídico⁵⁷.

A doutrinadora Ana de Oliveira Frazão discorre em seu livro “*A Função Social da Empresa*” no sentido de que um dos principais desdobramentos da função social da empresa diz respeito exatamente a sua manutenção, como uma fonte geradora de recursos, de empregos, de produtos e serviços e de riquezas para o benefício da comunidade⁵⁸.

Ainda nesse viés, de acordo com Zanotti, a ordem econômica, assim como a livre-iniciativa, deve primar pela existência digna de todos, inclusive do trabalhador, atingindo através da justiça social o parâmetro da dignidade da pessoa humana. Desse modo, a empresa só cumpre sua função no momento em que, ao realizar a atividade a que se propôs, proporciona benefícios sociais para a coletividade por meio dos recursos que dispuser⁵⁹.

No que tange à seara trabalhista, este princípio reforça a necessidade das empresas assegurarem aos seus empregados, o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, fornecer subsídios e qualificação profissional, respeitar as normas de segurança, higiene e saúde aos trabalhadores e, conforme disposto na própria Constituição, garantir a todos um trabalho livre e justo.

A terceirização irrestrita irá proporcionar uma menor responsabilidade do empregador com relação a um real e efetivo cumprimento desse fenômeno. A diminuição de trabalhadores efetivos, o liberaria de algumas políticas trabalhistas que são obrigatórias dependendo da quantidade de trabalhadores, como por exemplo, conforme previsto no artigo 11º da CF, os empregadores elegerem um representante nas empresas com mais de 200 empregados.

“Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.”

⁵⁷ DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos. **A inconstitucionalidade da terceirização na atividade-fim das empresas**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, São Paulo, v. 80, n. 3, p. 75-89, jul. / set. 2014

⁵⁸ FRAZÃO, Ana. **Função social da empresa. Repercussões sobre a responsabilidade civil de controladores e administradores de S/As**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011. 468p

⁵⁹ ZANOTTI, Luiz Antonio Ramalho. **A Função Social da Empresa como forma de valorização da Dignidade da Pessoa Humana**. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<http://www.unimar.br/pos/trabalhos/arquivos/e8922b8638926d9e888105b1db9a3c3c.pdf>> Acesso: 12 de setembro de 2017.

Além disso, conforme muito bem defendido pelo Ministério Público em sua Nota Técnica contrária a Lei, a terceirização irrestrita liberaria a empresa de participar da política social de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, visto que se torna obrigatório admitir pessoas com deficiências nas empresas com mais de 100 empregadores, conforme previsto no art. 24, XII, da Constituição.

Não obstante, a terceirização irrestrita implicaria em uma diminuição da empresa na contribuição à Previdência, assim como na redução das contribuições ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, prejudicando esse programa social, contrariando a função social em prol da coletividade.

No Brasil, conforme os dispositivos constitucionais, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos da República e a velha discussão sobre o antagonismo público-privado não faz mais sentido, visto que podem e são harmônicos inclusive na função da social da propriedade⁶⁰.

Desse modo, nota-se a importância do respeito à função social também na seara trabalhista. Conforme já dito, o fenômeno da terceirização parece interessar apenas aos empregadores em despeito às necessidades dos trabalhadores e de toda a sociedade.

A terceirização irrestrita poderia causar prejuízos de diversas formas aos trabalhadores, comprometendo políticas públicas, inclusive previstas na CF/88, e afetando negativamente uma das mais importantes finalidades da propriedade privada prevista na Constituição, qual seja seu uso em prol da sociedade e de caráter não egoístico.

3.2 A RESPONSABILIDADE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Após análise das razões que demonstram a inconstitucionalidade da Lei de Terceirização, cumpre destacar como a ampliação decorrente da Lei 13.429/2017 pode ser impedida. Nesse ponto, o Supremo Tribunal Federal possui grande responsabilidade no que tange a análise da compatibilidade da terceirização com a Constituição Federal.

⁶⁰ MORAES, Maria Celina B. **A Caminho de um direito Civil Constitucional**. Revista Estado, Direito e Sociedade, vol 1. PUC/Rio de Janeiro, 1991, p.6

Ressalta-se que antes da Lei de Terceirização, em 2017, várias reclamações trabalhistas debatiam sobre a terceirização em face dos limites da Súmula 331 do TST e acabavam por ensejar recurso ao Supremo. Assim, conforme já exposto nesse trabalho, no ano de 2014, em processo discutindo sobre a licitude de um trabalho terceirizado que subiu ao STF, o órgão reconheceu “repercussão geral” à decisão, para se manifestasse e servisse como referência a todas as ações que tramitam atualmente e que venham a subir ao Supremo.⁶¹

O STF, ao declarar repercussão geral, criou a expectativa de que o tribunal finalmente se manifestasse sobre os limites da Súmula 331 e em quais condições havia licitude na prática da terceirização, servindo como precedente fortíssimo à atuação de todo o Judiciário e às demais instituições de regulação do trabalho e, em especial, às empresas.

Entretanto, com o advento da Lei 13.429, a situação mudou. A terceirização passou a ser permitida inclusive para a atividade-fim, de modo que a situação tornou-se ainda mais prejudicial aos trabalhadores e cada vez mais fundamental a participação do Supremo Tribunal Federal no assunto. Diante das ADIS ajuizadas, o órgão obrigatoriamente se manifestará sobre o fenômeno da terceirização e poderá ser, finalmente, um efetivo freio a esse fenômeno que precariza os trabalhadores.

Desde a publicação da lei, várias Ações de Inconstitucionalidade Direta foram ajuizadas no Supremo⁶², inclusive pela Procuradoria-Geral da República, buscando que ocorresse um controle de constitucionalidade imediato em virtude da clara afronta da ampliação da terceirização ao que o constituinte busca para os trabalhadores.

O tribunal deverá se manifestar sobre a lei e, provavelmente, também sobre a Súmula 331 do TST. O julgamento poderá ser um marco para a terceirização trabalhista, visto que o tribunal pode tanto declarar inconstitucional a sua prática quanto permiti-la e, assim, não possuindo mais força as restrições sumuladas pelo Tribunal Superior do Trabalho.

⁶¹ FEDERAL, Supremo Tribunal. **STF discutirá conceito de atividade-fim em casos de terceirização.** <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=267100>> Acesso em: 25 de setembro de 2017.

⁶² FEDERAL, Supremo Tribunal. **STF recebe nova ADI contra Lei da Terceirização.** <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=341920>. Acesso em: 27 de setembro de 2017.

Nesse ponto, importantíssimo mencionar a manifestação de Graça Druck e Vitor Figueiras sobre a responsabilidade e consequências na futura manifestação do STF:

“Isto significa que o STF, enquanto instância que tem por função primordial assegurar o cumprimento dos direitos constitucionais, assumirá a responsabilidade direta pela falta de dignidade no trabalho, contrariando o princípio constitucional. Uma decisão que a sociedade brasileira, em especial os trabalhadores, saberá cobrar e lutar para que o trabalho decente, agenda da Organização Internacional do Trabalho, assumida pelo governo brasileiro, não seja uma farsa legitimada pela Suprema Corte, cujos ministros que a compõem são homens normais que vivem e sabem, se assim o quiserem, sobre as reais condições de trabalho provocadas pela terceirização. E podem escolher em não se tornar cúmplices pelo aumento da degradação do trabalho no país pelo uso de trabalho análogo ao escravo e pelos números de mortes de acidentes no trabalho, conforme largamente demonstrado pelos estudos e pelas pesquisas realizadas nos últimos 20 anos no Brasil.”⁶³

Diante do desrespeito dos legisladores infraconstitucionais ao que a Constituição busca aos trabalhadores, assim como toda a luta da justiça do trabalho nos últimos anos, somados ao entendimento do TST, torna-se fundamental que o supremo intervenha e decida conforme a Constituição e como a justiça do trabalho tem se manifestado.

Nesse viés, é notória a grande importância que o tema tem para os direitos e garantias constitucionais dos trabalhadores no país e como a Suprema Corte terá essa responsabilidade diante das inconstitucionalidades presentes na recente Lei de Terceirização.

Além disso, as manifestações da Associação dos magistrados trabalhistas, do Ministério Público do Trabalho, da Procuradoria Geral da República e da grande maioria dos Ministros do TST, devem ser elementos consideráveis para que o Supremo Tribunal Federal tenha um entendimento consoante à Constituição e se manifesta contrária a terceirização irrestrita.

Portanto, diante da história e do contexto do fenômeno da terceirização no país, esta lei surgiu como um retrocesso social, trabalhista e constitucional, necessitando de uma intervenção do judiciário a fim de que sejam respeitados os direitos dos trabalhadores e do trabalho previstos na Constituição.

⁶³ DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Vitor. **A Epidemia da Terceirização e a Responsabilidade do STF**, Revista do TST, Brasília, v. 80, n. 3, p. 75-89, jul. / set. 2014.

CONCLUSÃO

Esta monografia teve como foco o estudo do fenômeno da terceirização e como a sua aplicação irrestrita fere os direitos constitucionais dos trabalhadores. Assim, foi preciso traçar uma linha histórica, social e legislativa do fenômeno no Brasil para que se entendesse seu contexto. O tema deste trabalho é de grande importância tendo em vista que a Lei de Terceirização busca a terceirização irrestrita exclusivamente com fins econômicos aos grandes empreendedores ao mesmo tempo em que ignora completamente as consequências graves que essa prática causa aos trabalhadores.

A terceirização chegou ao país com o objetivo de que as empresas tivessem uma maior produtividade e uma mão-de-obra mais especializada. Entretanto, conforme destacado no trabalho, desde o início de suas atividades percebeu-se a precarização dos direitos trabalhistas e um desrespeito à dignidade desses trabalhadores.

Conforme o desenvolvimento da terceirização, a legislação tentou regular a matéria para que se pudesse estabelecer seus limites. Em virtude da generalidade e algumas omissões das leis sobre pontos importantes do tema, o Tribunal Superior do Trabalho criou a Súmula 331 permitindo a terceirização em determinados casos.

Não obstante a tentativa em normatizar e limitar a prática da terceirização, o fenômeno cada vez mais era utilizado, inclusive de maneira contrária a súmula do TST. Ainda, os dados colhidos a partir dos anos 90 até os dias atuais, demonstraram a precarização desses trabalhadores.

Diante das informações e dos dados conclusivos sobre a gravidade da prática aos terceirizados, como, por exemplo, um maior risco à acidente de trabalho, a percepção de uma menor remuneração ao mesmo tempo de uma jornada maior, além de casos de trabalho em condições análogas a escravidão, seria incabível para a justiça do trabalho que pudesse ocorrer a ampliação da terceirização para as atividades-fim.

Desse modo, diante da promulgação da Lei nº 13.429 com a permissão da terceirização de atividades-fim, inclusive no serviço público, tornou-se necessário analisar a constitucionalidade da lei frente aos direitos e garantias dos trabalhadores no texto constitucional. Ainda, a Lei nº 13.467/2017 seguiu o mesmo entendimento em contrariedade à Constituição Federal.

Assim, nesse trabalho, após a análise do contexto e dos dados sobre o tema, destacamos como a ampliação da terceirização decorrente da Lei nº 13.429/2017 afrontou a proteção constitucional dada ao trabalhador. Inicialmente, observamos que a Constituição, em seu texto, deu uma grande valoração ao trabalho. No artigo 1º coloca os valores sociais do trabalho como um dos princípios da República e no artigo 6º coloca o trabalho como um dos direitos sociais. Ainda, em seu artigo 7º expressamente afirma que se busca a melhoria da condição social do trabalhador ao elencar os seus direitos constitucionais trabalhistas.

Direitos como: relação de emprego protegida contra despedida arbitrária, duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, salário mínimo capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família; não são respeitados na terceirização. Assim, analisando os direitos e garantias estabelecidos na Constituição, conclui-se que a prática da terceirização vai em sentido contrário ao que eles estabelecem ao trabalhador.

Ainda, no texto constitucional tem-se uma preocupação com a saúde, a higiene e a segurança do trabalhador, assim como contra acidentes de trabalho e a responsabilidade do empregador. Estes dispositivos são completamente ignorados pelos empregadores no processo da terceirização tendo em vista o grande número de acidentes e a falta de equipamentos adequados ao serviço. Percebe-se que a segurança, a dignidade e a garantia dos direitos previstos na Constituição também não são respeitadas pelos empregadores.

Nesse trabalho, concluímos, ainda, pela afronta da ampliação da terceirização ao princípio da vedação ao retrocesso social, visto que a Lei prejudicava direitos sociais já garantidos aos trabalhadores. Além disso, os números demonstram que a ampliação do fenômeno terá impacto no Sistema Único de Saúde e da Previdência Social, em virtude de gastos hospitalares e benefícios previdenciários causados pelos elevados acidentes de trabalho observados, implicando negativamente em todo o sistema de Seguridade Social.

Não obstante, a lei irá enfraquecer ainda mais a representação sindical prevista na constituição tendo em vista as dificuldades da categoria nesse ponto decorrentes da relação triangular e a perda de união e identidade dos trabalhadores de uma mesma empresa. Além disso, caso seja aplicada ao serviço público, seria uma ofensa à regra do concurso publico e a vedação do nepotismo, visto que na Lei não existem restrições ao parentesco entre os terceirizados e quem os contratará.

Destaca-se também a ofensa à função social da empresa, haja vista que a empresa não pode ter fim egoístico e deve ter uma função em prol da sociedade. A ampliação da terceirização ignoraria os direitos trabalhistas e ainda mais trabalhadores e suas famílias, apenas visando à economicidade e produtividade das empresas em despeito a melhor condição social do trabalhador.

Desse modo, diante da manifesta afronta à Constituição, este trabalho entende a existência de grande responsabilidade jurídica e social que o Supremo Tribunal Federal terá ao analisar a constitucionalidade da Lei nº 13.429/2017 em decorrência das várias Ações Declaratórias de Inconstitucionalidade ajuizadas no tribunal desde a promulgação da lei.

Conforme a argumentação exposta, somada às manifestações de experientes e importantes instituições jurídicas, acreditamos que o tribunal deva entender por sua inconstitucionalidade. Portanto, nesse trabalho destacamos a inconstitucionalidade da Lei da Terceirização, que amplia a terceirização para a atividade-fim, tendo em vista que essa prática irá precarizar ainda mais os direitos trabalhistas previstos na Constituição e trazer mais consequências graves à dignidade dos trabalhadores e à valorização do trabalho estabelecida pelo constituinte.

Referências Bibliográficas

ANAMATRA. Terceirização: Anamatra lamenta aprovação de projeto de lei que libera a prática em todas as atividades da empresa. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/25081-terceirizacao-anamatra-lamenta-aprovacao-de-projeto-de-lei-que-libera-a-pratica-em-todas-as-atividades-da-empresa>. Acesso em: 22 de setembro de 2017

BALERA, Wagner. O fenômeno jurídico da terceirização. Revista da Academia Paulista de Direito, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 255-266, jul./dez. 2013.

BATISTA, Eraldo Leme. Terceirização no Brasil e suas implicações para os trabalhadores. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2013. 110 p.

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho. 11 ed. São Paulo: LTr, 2017. Pg 295 -303.

BELMONTE, Alexandre Agra, 1959-. Aspectos jurídicos materiais e processuais da terceirização trabalhista. Revista LTr: legislação do trabalho, São Paulo, v. 79, n. 3, p. 263-276, mar. 2015.

BELMONTE, Alexandre Agra, 1959-. Breves considerações sobre os efeitos da terceirização nas relações de trabalho. Justiça & cidadania, Rio de Janeiro, n. 173, p. 22-26, jan. 2015.

BRASIL. Lei Nº 13.429, DE 31 DE MARÇO DE 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 14 de outubro de 2017.

CACHATE, João Paulo. A nova Lei da terceirização (PL n. 4.330/04): será o fim dos concursos públicos?. *Jornal trabalhista Consulex*, Brasília, v. 32, n. 1578, p. 13-15, maio 2015.

CANOTILHO, Joaquim José Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. Coimbra: Almedina, 2002. p. 227.

CONJUR. Ministros do TST condenam PL da Terceirização.<
<https://www.conjur.com.br/dl/oficio-tst-terceirizacao.pdf>> . Acesso em: 19 de outubro de 2017.

CONJUR. A terceirização não vale para o governo nem para atividade-fim. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-out-11/terceirizacao-nao-vale-governo-nem-atividade-fim-dizem-juizes>. Acesso em > 25 de outubro de 2017.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes. *Terceirização: máquina de moer gente trabalhadora: a inexorável relação entre a nova marchandage e a degradação laboral, as mortes e mutilações no trabalho*. São Paulo: LTr, 2015. 280 p.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes. *Terceirização: um projeto do capital para liquidar o direito do trabalho*. In: LORENZETTI, Ari Pedro; SALES, Cleber Martins; AZEVEDO NETO, Platon Teixeira de (Coord.). *Direito e processo do trabalho na atualidade: estudos temáticos em homenagem aos 20 anos da AMATRA18*. São Paulo: LTr, 2012. p. 166-183.

CUT. *Terceirização e Desenvolvimento, uma conta que não fecha*. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-e-Desenvolvimento.pdf>>. Acesso em 04 outubro 2017.

DIEESE, *Terceirização e precarização das condições de trabalho*. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf>>. Acesso em 02 outubro de 2017.

DIEESE. *O Processo de Terceirização e seus Efeitos sobre os Trabalhadores no Brasil*. São Paulo, 2007. Convênio SE/MTE nº 04/2003.

DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos. A inconstitucionalidade da terceirização na atividade-fim das empresas. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, São Paulo, v. 80, n. 3, p. 75-89, jul. / set. 2014.

DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos. Os limites constitucionais da terceirização. São Paulo: LTr, 2014. 167 p.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. 13 ed. São Paulo: LTr, 2014.

DELGADO, Gabriela Neves; DUTRA, Renata Queiroz. Obrigações constitucionais extrapatrimoniais das empresas prestadoras e tomadoras de serviços nas relações de trabalho terceirizadas. *Revista Síntese: trabalhista e previdenciária*, São Paulo, v. 24, n. 293, p. 74-99, nov. 2013.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Vitor. A epidemia da terceirização e a responsabilidade do STF. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, São Paulo, v. 80, n. 3, p. 106-125, jul. / set. 2014.

DRUCK, Maria das Graças. Terceirização (des)Fordizando a fábrica. São Paulo: Boitempo, 1999. p.102 a 105.

FEDERAL, Supremo Tribunal. STF discutirá conceito de atividade-fim em casos de terceirização. Disponível em:

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=267100>>

Acesso em: 25 de setembro de 2017.

FEDERAL, Supremo Tribunal. STF recebe nova ADI contra Lei da Terceirização.

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=341920>. Acesso

em: 27 de setembro de 2017.

FEDERAL, Ministério Público. A PGR pede a inconstitucionalidade da lei que permite a terceirização de atividade-fim. Disponível em:

<<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-pede-inconstitucionalidade-de-lei-que-permite-terceirizacao-da-atividade-fim-1>>. Acesso em 01 de outubro de 2017.

FEDERAL, Ministério Público. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/ADI5735.pdf>>. Acesso em: 2 de novembro de 2017.

FUNDAÇÃO COGE. Relatório Estatístico do Setor Elétrico Brasileiro, 2010. Fundação COGE: Rio de Janeiro, 2010

FRAZÃO, Ana. Função social da empresa. Repercussões sobre a responsabilidade civil de controladores e administradores de S/As. 1. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011. 468p

GIOSA, Lívio Antonio. Terceirização: uma abordagem estratégica. 5ed. São Paulo: Pioneira, 1999. 144p.

LEITE, Márcia de Paula. O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil. Campinas: Papirus, 1997. p.9-30

MARTINS, Sérgio Pinto. A terceirização e o direito do trabalho. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 200p.

MEDEIROS, Benizete Ramos de. As terceirizações no Brasil e o método interpretativo de Ronald Dworkin. Revista LTr: legislação do trabalho, São Paulo, v. 78, n. 1, p. 17-28, jan. 2014.

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de; DUTRA, Renata Queiroz. A terceirização de atividade - fim: caminhos e descaminhos para a cidadania no trabalho. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, São Paulo, v. 80, n. 3, p. 187-214, jul./set. 2014.

MOLINARO, Carlos Alberto; SARLET, Ingo Wolfgang. Algumas notas sobre a terceirização e o assim chamando multisourcing. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, São Paulo, v. 80, n. 3, p. 126- 137, jul./set. 2014.

MORAES, Paulo Ricardo Silva de. Terceirização e precarização do trabalho humano. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Porto Alegre, v. 74, n. 4, p. 148-168, out./dez. 2008

PAIXÃO, Cristiano; LOURENÇO FILHO, Ricardo. Impactos da terceirização no mundo do trabalho: tempo, espaço e subjetividade. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, São Paulo, v. 80, n. 3, p. 58-74, jul. / set. 2014.

PASTORE, Eduardo. Os paradoxos da terceirização. Jornal trabalhista Consulex, Brasília, v. 31, n. 1536, p. 16, jul. 2014.

PASTORE, José. Terceirização no STF. Consulex: revista jurídica, Brasília, v. 18, n. 420, p. 17, jul. 2014.

PARAIBA, Ministério Público do Trabalho. Terceirizados sofrem mais acidentes no trabalho. Disponível em: <http://www.prt13.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-pb/139-terceirizados-sofrem-mais-acidentes-no-trabalho>. Acesso em: 27 de setembro de 2017

PINTO, Geraldo Augusto. A Organização do Trabalho no Século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PINTO, José Augusto Rodrigues; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Repertório de Conceitos Trabalhistas. Vol. I Direito Individual. São Paulo: LTr, 2000

SILVA, Ciro Pereira da apud CARELLI, Rodrigo de Lacerda. Formas atípicas de trabalho. São Paulo: LTr, 2004, p. 44.

POCHMANN, Marcio. Terceirização em pauta. Consulex: revista jurídica, Brasília, v. 16, n. 359, p. 10-11, jan. 2012.

SILVA, Ciro Pereira da apud CARELLI, Rodrigo de Lacerda. Formas atípicas de trabalho. São Paulo: LTr, 2004, p. 44.

TAVARES, Maria Augusta. Os fios (in)visíveis da produção capitalista e a precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TRABALHO, Procuradoria-Geral. Nota Técnica 03/2017. Disponível em: http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/b9724af9-b29a-4e20-80da-492ae5fe4da3/Nota+T%C3%A9cnica+n%C2%BA+3-2017+++PLC+30-2015+-

+terceiriza%C3%A7%C3%A3o.pdf?MOD=AJPERES. Acesso em: 28 de setembro de 2017.

VIANA, Márcio Túlio. Sindicato e trabalhador: a flexibilidade por meio do sujeito. In: DELGADO, Gabriela Neves; BRITTO PEREIRA, Ricardo José Macedo. Trabalho, constituição e cidadania: a dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas. São Paulo: LTr, 2014. p. 293.

VIANA, Márcio Túlio. Terceirização e sindicato: um enfoque para além do jurídico. Revista LTr, v. 67, n. 7, jul. 2003.

VIANA, Márcio Túlio. A terceirização revisitada: algumas críticas e sugestões para um novo tratamento da matéria. Revista LTr: legislação do trabalho, São Paulo, v. 77, n. 2, p. 142-148, fev. 2013.

ZANOTI, Luiz Antonio Ramalho. A Função Social da Empresa como forma de valorização da Dignidade da Pessoa Humana. Dissertação de Mestrado. Disponível em:<<http://www.unimar.br/pos/trabalhos/arquivos/e8922b8638926d9e888105b1db9a3c3c.pdf>> Acesso: 12 de setembro de 2017.